



UFSM

Dissertação de Mestrado

**PROJETO GARABI-ITÁ: UMA SISTEMATIZAÇÃO
DA SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE
CONSCIENTIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
SÓCIO-AMBIENTAL REGIONAL**

Marcela Guimarães e Silva

CPGExR

Santa Maria, RS, Brasil

2005

***PROJETO GARABI-ITÁ: UMA SISTEMATIZAÇÃO
DA SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE
CONSCIENTIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
SÓCIO-AMBIENTAL REGIONAL***

por

Marcela Guimarães e Silva

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural**.

CPGExR

Santa Maria, RS, Brasil

2005

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de
Mestrado

**PROJETO GARABI-ITÁ: UMA SISTEMATIZAÇÃO DA
SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE
CONSCIENTIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-
AMBIENTAL REGIONAL**

elaborada por

Marcela Guimarães e Silva

como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em
Extensão Rural**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dr. Hugo Aníbal Gonzales Vela (Orientador)

Phd. Pedro de Hegedüs

Dr. Valdo Hermes Barcelos

Santa Maria, 23 de março de 2005.

**“Freedom has a thousand charms to show,
That slaves, howe’er contented, never know.”**

**William Cowper
(apud Amartya Sen, 2000, p.337)**

AGRADECIMENTOS

A sensação que sinto com a conclusão deste curso de Mestrado é a de que mais uma conquista foi alcançada de forma vitoriosa... sensação que faço questão de partilhar com as pessoas que me acompanharam durante meu percurso para que, de alguma forma, sintam-se também vitoriosos.

Agradeço a Deus por fazer de minha vida uma constelação de estrelas que iluminam o meu caminho...

Algumas dessas estrelas me iluminam desde os meus primeiros passos meus pais, João Carlos e Nelci. Deles tenho orgulho e serei eternamente grata pelo amor dedicado a minha vida.

Agradeço também ao Professor Hugo Vela, pela atenção com a aluna e a com 'Marcela'. Agradecimentos ao amigo e professor, Pedro Hegedüs, e ao Professor, Valdo Barcelos, pela contribuição à conclusão deste trabalho.

Agradeço aos demais professores da Pós-Graduação em Extensão Rural, bem como à Universidade Federal de Santa Maria e à Capes por terem me auxiliado ao longo do curso.

Não poderia esquecer de agradecer aos meus colegas, Carina, Cristiane, Elias, Janaína, Laurício, Maria Madalena e, em especial, à Fernanda, na qual encontrei a irmã que não tive.

Um agradecimento especial ao Professor Celestino Perin, e ao colega, Jorge Schirmer, pelo apoio e amparo teórico, e principalmente pelo incentivo não apenas como professor e colega, mas dos verdadeiros amigos, que me encorajaram a produzir este trabalho.

Agradeço ao Projeto Garabi-Itá e a toda sua Equipe de Trabalho, da qual destaco o Coordenador do Projeto, Osório Lucchese, e às demais instituições a ele ligadas, como o IRDeR – Instituto Regional de Desenvolvimento Rural e CIEN – Companhia de Interconexão Energética, que colaboram na minha formação profissional.

Lembro, ainda, em especial, todos os produtores rurais e comunidades rurais abrangidas, que trabalharam junto para que o Projeto Garabi-Itá não fosse

apenas uma proposta utópica fazendo desse projeto uma realidade, contrapondo-se a todos que ainda resistem à idéia e desacreditam na sua capacidade de promoção do desenvolvimento.

Nessa constelação, muitas outras estrelas surgiram e me fizeram perceber que, em toda a caminhada, surgirão dificuldades, mas que, mesmo assim devo, contornar obstáculos e transpor fronteiras para chegar ao objetivo final. Objetivo, que para mim, representará sempre o início de outra etapa... A todas essas estrelas, meu MUITO OBRIGADA!

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS _____	ix
LISTA DE FIGURAS _____	x
LISTA DE ANEXOS _____	xii
SIGLAS E ABREVIATURAS _____	xi
RESUMO _____	xiii
ABSTRACT _____	xiv
1. INTRODUÇÃO _____	01
1.1. O Projeto Garabi-Itá _____	02
1.2. Justificativa _____	03
1.3. Objetivos _____	04
1.3.1. Objetivo geral _____	04
1.3.2. Objetivos específicos _____	04
1.4. Metodologia _____	05
1.4.1. Abordagem geral _____	05
1.4.2. Técnica e Instrumento _____	07
1.4.3. Tamanho da Amostra _____	07
1.4.4. Características do Universo _____	08
1.5. Resultados _____	09
2. O DESENVOLVIMENTO RURAL _____	10
2.1. ANTECEDENTES DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO RURAL _____	10
2.1.1. A teoria do desenvolvimento _____	10
2.1.2. O conceito de de desenvolvimento rural _____	15
2.2. DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO RURAL NA ATUALIDADE _____	18
2.2.1. As novas características da ruralidade _____	19
2.2.2. Limitações dos enfoques tradicionais de desenvolvimento rural _____	20
2.2.3. Alternativas de desenvolvimento rural _____	26

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Número de produtores rurais parceiros e números de mudas plantadas em cada município de atuação do Projeto Garabi-Itá_____	87
Quadro 02 – Objetivos da pesquisa e principais conclusões_____	95

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Ciclo de um Projeto_____	53
FIGURA 02 – Fluxograma da forma de atuação da Equipe do Projeto Garabi-Itá nos municípios_____	65
FIGURA 03 – Fluxograma de execução das ações de Compensação Florestal nos municípios de atuação do Projeto Garabi-Itá_____	70
FIGURA 04 – Fluxograma de execução das ações de Educação Ambiental nos municípios de atuação do Projeto Garabi-Itá_____	73
FIGURA 05 – Fluxograma das Estratégias de Comunicação_____	76
Figura 06 – Fluxograma dos objetivos do Projeto Garabi-Itá_____	88

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 01 – Mapa de Localização Geográfica dos Municípios de Atuação do Projeto Garabi-Itá_____	101
ANEXO 02 – Questionário e Entrevista Semi-Estruturada_____	102
ANEXO 03 – Relação dos Produtores Rurais entrevistados e os respectivos municípios parceiros do Projeto Garabi-Itá_____	106
ANEXO 04 – Resultado da Pesquisa Realizada com os Produtores Rurais Parceiros do Projeto Garabi-Itá_____	108

SIGLAS E ABREVIATURAS

CIEN	Companhia de Interconexão Energética
CONDEMA	Conselho de Desenvolvimento e Meio Ambiente
CORSAN	Companhia Riograndense de Saneamento
COTRIJUÍ	Cooperativa Triticola Regional Ijuí
COTRIPAL	Cooperativa Triticola Reginal Panambi
COTRISA	Cooperativa Triticola Regional Santo Ângelo
DEFAP	Departamento de Florestas e Áreas Protegidas
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FIDENE	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IRDeR	Instituto Regional de Desenvolvimento Rural
M&A	Monitoramento e Avaliação
ONGs	Organizações Não Governamentais
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

PROJETO GARABI-ITÁ: UMA SISTEMATIZAÇÃO DA SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE CONSCIENTIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SÓCIO- AMBIENTAL REGIONAL

AUTOR: Marcela Guimarães e Silva

ORIENTADOR: Hugo Aníbal Gonzales Vela

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 23 de março de 2005

Este estudo consiste em uma sistematização do “Empreendimento Linha de Transmissão Garabi-Itá: Projeto de Compensação Florestal no Estado do RS”. Os objetivos deste projeto foram: i) reflorestar a região de abrangência do projeto no estado do RS, plantando 280 mil mudas de árvores com o apoio de 544 produtores rurais e suas famílias e ii) desenvolver a consciência ambiental e criar condições para a participação da população alvo do projeto.

Através da pesquisa qualitativa realizada com os produtores rurais buscou-se verificar se os objetivos do Projeto Garabi-Itá foram atingidos, e identificar a sua contribuição para desenvolvimento sócio-ambiental das comunidades rurais atingidas.

Hoje em dia a sistematização transformou-se em uma questão muito importante, pois, a sociedade precisa saber dos impactos do projeto, para que possa dar suporte financeiro e continuidade a este e o público-alvo precisa conhecer os principais resultados de sua participação. A sistematização dos resultados conduz a produção de lições sobre desenvolvimento que podem ser ampliadas a diferentes contextos, beneficiando assim, as pessoas envolvidas.

O projeto contribuiu para melhorar as condições de vidas dos produtores rurais e suas famílias e para fortalecer as comunidades rurais, capacitando-as para gerenciar seus recursos naturais, por meio uma perspectiva sustentável, através da participação dos atores locais.

Palavras-chave: sistematização, participação comunitária e desenvolvimento rural.

ABSTRACT

Dissertation of Mastership
Post-graduation in Rural Extension
Federal University of Santa Maria

PROJETO GARABI-ITÁ: AN SYSTEMATIZATION OF ITS CONTRIBUTION TO THE PROCESS OF AWARENESS AND SOCIO ENVIRONMENTAL REGIONAL DEVELOPMENT

Author: Marcela Guimarães e Silva

Adviser: Hugo Aníbal Gonzales Vela

Date and defense's place: Santa Maria, March 23rd 2005

This study implies an systematization of the “Empreendimento Linha de Transmissão Garabi-Itá: Projeto de Compensação Florestal no Estado do RS”. The objectives of the project were twofold: i) to reforest the region of Garabi-Ita in the state of Rio Grande Do Sul planting 280.000 trees with support of 544 rural producers and their families, and ii) to develop environmental awareness and create conditions for the participation of the target population in the project.

Through of the quality research carried with the rural producers came to check of objective of the Projeto Garabi-Itá gone to achieve and identify yourself contribution from their environmental development of the rural communities.

Nowadays systematization has become an issue of great importance because the society needs to know the project impact in order to continue its financial support, and the target people needs to know the main results of its participation. The systematization of the results leads to generate lessons about development that can be applied in greater contexts with more benefits to the people involved.

The project contributed to improve living conditions of rural producers and their families and to strengthen rural communities´ capacities to manage their natural resources from a sustainable perspective, through the participation of the main actors.

Key words: systematization, community participation, rural development

1. INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico em benefício da qualidade de vida humana resulta, muitas vezes, em problemas ambientais e culturais. A partir deste pressuposto, torna-se fundamental entender os impactos provocados na sociedade pela construção de linhas de transmissão de energia elétrica, já que esta, gradativamente, transformou-se em necessidade básica para as pessoas.

Diante desse contexto e no sentido de amenizar impactos, muitas companhias de energia passaram a se preocupar com o desenvolvimento social, investindo parte dos recursos arrecadados em projetos e programas voltados a atender às necessidades da sociedade. Tanto a organização, quanto a comunidade atingida devem, porém, estar dispostas a assumir um compromisso com o desenvolvimento da coletividade, o que implicaria um processo de conscientização e mudanças de comportamento, valores e atitudes.

Dessa forma, é latente a necessidade do planejamento de projetos sociais de forma participativa, envolvendo as pessoas atingidas em todas as suas fases. Assim, por esse planejamento é que se contemplaria a participação dos atores sociais como responsáveis por definir e conduzir as ações que provocarão a transformação da sua realidade.

Além disso, tanto o órgão executor como os envolvidos, devem estar conscientes da importância de avaliar os impactos e as contribuições desses projetos, confrontando os objetivos traçados inicialmente com os efeitos resultantes das ações implementadas. Essa fase constitui-se como uma etapa em que a participação efetiva dos envolvidos é determinante para os projetos atingirem seus objetivos.

A partir desses pressupostos, pretende-se sistematizar o trabalho desenvolvido pelo “Empreendimento Linha de Transmissão Garabi-Itá – Projeto

de Compensação Florestal no Estado do Rio Grande do Sul”, projeto de recuperação ambiental, que preconiza participação e promoção do desenvolvimento pela própria comunidade local.

1.1. O Projeto Garabi-Itá

O “Empreendimento Linha de Transmissão Garabi-Itá – Projeto de Compensação Florestal no Estado do Rio Grande do Sul”, ao longo de quatro anos de atuação, repôs 280 mil mudas de essências florestais nativas em mata ciliar em oito municípios da Região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Foram eles: Ajuricaba, Bozano, Doutor Maurício Cardoso, Eugênio de Castro, Ijuí, Panambi, Santo Ângelo e São Martinho. No anexo 01, apresenta-se o Mapa de Localização Geográfica dos Municípios de Atuação do Projeto Garabi-Itá.

O Projeto Garabi-Itá, como é reconhecido pelas comunidades rurais em que abrange, correspondeu a uma medida compensatória de reposição florestal pela empresa CIEN – Companhia de Interconexão Energética, devido à retirada de vegetação nativa para instalação da Linha de Transmissão Garabi-Itá, que liga o município de Garruchos, no Rio Grande do Sul com a Usina Hidrelétrica de Itá em Santa Catarina, conforme determina o Decreto n.º 38.355, que regulamenta a Lei n.º 4.771 de 16 de setembro de 1965.

Esse Projeto resultou da parceria entre a FIDENE – Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado, e a CIEN – Companhia de Interconexão Energética, do grupo espanhol ENDESA, com a interveniência da SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente e do DEFAP – Departamento de Florestas e Áreas Protegidas. O IRDeR – Instituto Regional de Desenvolvimento Rural é o órgão executor do mesmo.

Além da compensação florestal como forma de recuperação do ambiente e melhora da qualidade de vida das comunidades, o Projeto Garabi-Itá preconizou a formação de uma consciência preservacionista por meio do trabalho de Educação Ambiental. Isso foi determinante para que o processo de desenvolvimento das comunidades acontecesse de modo a contemplar e

atender às suas necessidades, tanto em aspectos ambientais, como sociais. Foi necessário, então, que o trabalho de Compensação Florestal e a Educação Ambiental, os dois eixos norteadores da ação do Projeto nas localidades, acontecesse de forma contínua e sistematizada.

1.2. JUSTIFICATIVA

Algumas empresas construtoras de linhas de transmissão de energia elétrica são conscientes quanto às suas responsabilidades em relação à sociedade, devido às transformações que promovem no convívio social. Partindo desse pressuposto, torna-se instigante avaliar e identificar os impactos e contribuições dos projetos e programas que implementam para o público rural, alvo dessa iniciativa, tendo como exemplo o Projeto Garabi-Itá.

A fundamentação deste estudo consiste ainda em analisar a representação e significado da extensão rural, não apenas como espaço de instrumentalização de produtores rurais e de suas famílias, mas como espaço de discussão dos problemas locais pela própria comunidade rural e, a partir daí, entender a comunicação no interior destes projetos. É importante situar o papel da comunicação rural como integradora de interesses e objetivos das partes envolvidas e meio para o início de um processo de conscientização das comunidades rurais, determinantes para que o desenvolvimento rural realmente aconteça. Convém destacar, ainda, a integração da Educação Ambiental no processo de transformação da realidade e base para uma concepção nova de qualidade de vida e participação e desenvolvimento.

Considerando os temas que constituem este projeto, surge a oportunidade de realizar uma sistematização do mesmo, com o objetivo de verificar como, a partir de ações deste cunho são percebidas e adotadas, tanto por quem as executa, como por quem é alvo das mesmas.

Além disso, a realização deste trabalho implica não apenas uma sistematização do Projeto Garabi-Itá, como algo distante da pesquisadora, mas também uma auto-avaliação, já que esta participou da implementação desse

projeto. E que, assim como o Projeto, propôs-se a cooperar na contemplação dos objetivos que estavam além do plantio de 280 mil mudas de árvores, mas, principalmente, na formação de atores sociais gestores do desenvolvimento local, por meio de iniciativas como o Projeto Garabi-Itá.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Objetivo Geral

Sistematização da contribuição do “Empreendimento Linha de Transmissão Garabi-Itá – Projeto de Compensação Florestal no Estado do Rio Grande do Sul” para as comunidades rurais abrangidas no processo de conscientização e desenvolvimento sócio-ambiental regional.

1.3.2. Objetivos Específicos

- Compreender o processo de aceitação de projetos sociais pelo público ao qual se destina e as formas como estes podem contribuir para o desenvolvimento local a partir das ações que desenvolve;
- Verificar as contribuições desses projetos no processo de conscientização da comunidade pela participação efetiva dos atores sociais;
- Identificar a importância da comunicação, da educação ambiental e da extensão rural na execução desses projetos, como forma de articulação e incentivo à participação da comunidade;
- Discutir uma forma integradora de interesses sociais e econômicos, necessária para que desenvolvimento local aconteça de forma contínua e democrática;
- Divulgar este estudo para que outras instituições e organizações invistam em projetos e programas de desenvolvimento dirigidos a comunidades rurais.

1.4. METODOLOGIA

1.4.1. Abordagem Geral

O método adotado para sistematização do Projeto Garabi-Itá consiste em uma pesquisa qualitativa. Por isso, inicialmente abordamos de forma geral o paradigma qualitativo buscando definir, a partir de diferentes autores as características desse método de pesquisa.

No âmbito da filosofia da ciência, a “crise dos paradigmas” atinge seu auge nos anos 60, quando Kuhn questionava a objetividade e racionalidade da ciência e a Escola de Frankfurt criticava os aspectos ideológicos da ciência. Isso produziu um abalo na credibilidade da ciência. Segundo Kuhn, *apud* Alves-Mazzotti & Gewandsznajder (1998, p. 129), “seria impossível avaliar objetivamente as teorias científicas, desembocando no relativismo ou na objetividade...”. Diante disso, muitos cientistas, a partir das críticas dos frankfurtianos, buscaram a efetivação de uma ciência mais comprometida com a transformação social.

Nesse contexto, surgem nas ciências sociais os modelos “alternativos” ao Positivismo, denominado “paradigma qualitativo”, que emerge nos anos 80 como o foco de discussões que buscam caracterizar esse novo paradigma. “Esse rótulo, entretanto, pode levar a uma falsa oposição qualitativo-quantitativo, bem como a uma ilusão de homogeneidade interna do paradigma...”, (Alves-Mazzotti & Gewandsznajder, 1998, p.129). Para Minayo (1994, p. 22), “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

Essa oposição tem origem a partir da oposição inicial entre os adeptos do paradigma qualitativo em relação aos positivistas, pois “para estes, a análise social seria objetiva se fosse realizada por instrumentos padronizados, pretensamente neutros” (Minayo, 1994, p. 23). Entretanto, a pesquisa qualitativa caracteriza-se principalmente por sua capacidade de analisar aspectos da

realidade, que não podem ser traduzidos por elementos estatísticos, ou seja, “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares... ela trabalha com o universo de significados” (Minayo, 1994, p. 22).

Entre muitas tentativas de definir a pesquisa qualitativa, Patton, *apud* Alves-Mazzotti & Gewandsznajder (1998, p.131),

Aponta a principal característica das pesquisas qualitativas é o fato de que estas seguem a tradição “compreensiva”, ou interpretativa. Isso significa que essas pesquisas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado. Dessa posição decorrem as três características essenciais aos estudos qualitativos: visão holística, abordagem indutiva e investigação naturalística.

Além da breve descrição das características de pesquisa qualitativa, o autor define também o perfil do pesquisador e as possíveis configurações que uma pesquisa pode adquirir de acordo com o seu objeto de estudo ou objetivo da pesquisa e do pesquisador, na tentativa de esgotar todos os questionamentos da pesquisa e responder a eles. Por isso Patton, *apud* Alves-Mazzotti & Gewandsznajder (1998), diz ainda que,

Entre as implicações dessas características para a pesquisa podemos destacar o fato de se considerar o pesquisador como o principal instrumento de investigação e a necessidade de contato direto e prolongado com o campo, para poder captar os significados dos comportamentos observados. Delas decorre também a natureza predominante dos dados qualitativos: “descrição detalhada de situações, eventos, pessoas, interações e comportamentos observados; citações literais do que as pessoas falam sobre suas experiências, atitudes, crenças e pensamentos; trechos ou íntegras de documentos, correspondências, atas ou relatórios de caso” (p.132).

Ainda na década de 80, o paradigma positivista cede lugar a outros paradigmas: o construtivismo social, o pós-positivismo e a teoria crítica. É uma tentativa de justificar a paradigma qualitativo, embora para os construtivistas, “a aceitação da construção social da realidade desemboca necessariamente no relativismo”. Já para os pós-positivistas e teórico-críticos, “o fato de que a

realidade é socialmente construída constitui um dado importante e ser incorporado à análise, mas não traz como consequência o relativismo” (Alves-Mazzotti & Gewandsznajder, 1998, p.142). Parece claro, portanto, que o ponto central das divergências se situa na questão da objetividade e da acumulação de conhecimento.

Este trabalho foi concebido de acordo com o paradigma qualitativo, que consiste na sistematização da contribuição do Projeto Garabi-Itá para as comunidades rurais atingidas. Para tanto, foram adotados alguns procedimentos metodológicos descritos a seguir.

1.4.2. Técnica e Instrumento

A técnica utilizada foi à realização de uma entrevista semi-estruturada aplicada a uma amostra dirigida, que podemos definir como uma pequena enquête. Por meio desse instrumento foi possível obter informações interessantes sobre o projeto que se está avaliando. Não se pôde entrevistar toda a população, ou seja, realizar a entrevista com os 544 produtores rurais que participaram do Projeto Garabi-Itá, mas permitiu entender, pela amostragem, o que ocorreu ao longo dos quatro anos de trabalho.

Além da pesquisa bibliográfica pela qual estudou-se sobre questões como desenvolvimento rural, a contribuição de projetos de desenvolvimento para comunidades rurais e, principalmente, a sistematização dos resultados destes projetos, situando nesse contexto o Projeto Garabi-Itá.

O instrumento adotado foi o questionário (despadronizado), em forma de roteiro para entrevista, com questões capazes de contemplar os objetivos desta pesquisa, e de possibilitar a sistematização do Projeto Garabi-Itá. O modelo do questionário aplicado apresenta-se no anexo 02.

1.4.3. Tamanho da amostra

Foram entrevistados 57 produtores pertencentes às 30 comunidades rurais atingidas pelo Projeto Garabi-Itá, de um total de 544 produtores rurais. É importante ressaltar que esse percentual foi selecionado aleatoriamente, não sendo adotado nenhum parâmetro estatístico para realização da pesquisa, ou seja, foram realizadas entrevistas até que se atingiu uma unicidade (semelhança e repetição) entre as respostas dos entrevistados. No anexo 03, apresenta-se uma lista com o nome dos produtores rurais entrevistados, e no anexo 04, o resultado da pesquisa.

1.4.4. Características do universo

Ao longo dos quatro anos de ação do Projeto Garabi-Itá, foram abrangidos 08 municípios da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente 30 localidades rurais, pertencentes as microbacias-alvo, contando com a cooperação espontânea de proprietários de rurais, escolas e entidades municipais das seguintes localidades de cada município parceiro:

- Ajuricaba (afluentes do rio Ijuí – passo do Ajuricaba e microbacias dos arroios Mandaçaia, Melancia, Estrada e Comunidade Medianeira);
- Bozano (microbacias dos lajeados do Gringo e Alambique);
- Doutor Maurício Cardoso (lajeados Dezoito, Pedregulho, Panelinha, Catiguá e costa do rio Uruguai);
- Eugênio de Castro (lajeados Marmeleiro e Verdum e microbacias dos arroios Marcondes e Varejão);
- Ijuí (afluentes do rio Ijuí – passo do Ajuricaba e arroio Espinho);
- Panambi (arroio Moinho e microbacias da Esquina Handt e Linha Serrana);
- Santo Ângelo (arroio Itaquarinchim e microbacias do São João, São José, Buriti e Arroio do Meio);
- São Marinho (lajeado Taborda e microbacias da sanga Lorenz, lajeados Timbaúva, dos Canhotos e Passo Liso).

1.5. RESULTADOS

Os resultados de processo e da aplicação da pesquisa entre os produtores rurais parceiros para sistematização do Projeto Garabi-Itá no processo de conscientização e desenvolvimento sócio-ambiental regional foram sistematizados nos seguintes capítulos:

No capítulo II, a partir de uma revisão bibliográfica, buscou-se abordar as formas de desenvolvimento rural, e o que compreende o seu conceito, contextualizando o Projeto Garabi-Itá e seus objetivos, enquanto fomentador do processo de desenvolvimento local, pela da conscientização das comunidades rurais, gestoras do seu próprio desenvolvimento.

Já no capítulo III, busca-se identificar a importância da elaboração, desenvolvimento e avaliação de projetos de desenvolvimento, com a participação das comunidades, haja vista a necessidade de estabelecer o comprometimento das partes envolvidas, ou seja, a instituição ou organização mentora do projeto e os atores sociais alvo dessa ação.

E, para concluir, no capítulo IV, são discutidos os resultados da pesquisa de campo realizada com os produtores, considerando os resultados da pesquisa com a revisão bibliográfica realizada nos capítulos anteriores, a fim de estabelecer indicadores para sistematização do Projeto Garabi-Itá, no que se refere aos seus objetivos e àquilo que realmente se efetivou ao longo dos quatro anos de intervenção nas localidades rurais.

2. O DESENVOLVIMENTO RURAL

2.1. ANTECEDENTES DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

2.1.1. A teoria do desenvolvimento

O desafio que nos motiva a definir e estudar o desenvolvimento rural a partir de um ou, então, de vários conceitos de desenvolvimento rural decorre da crescente aglutinação de adjetivos ao termo “desenvolvimento”. Conforme a adjetivação acrescida, esse termo passa, então, a assumir um sentido determinado. Diante disso, a proposta deste capítulo inicial consiste em aclarar a diferença entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento para, a partir daí aprofundar este estudo na questão do desenvolvimento rural em uma perspectiva histórica até os dias atuais. Segundo Hegedüs & Vela (2003, p. 31),

A palavra desenvolvimento de tanto ser usada vem perdendo significado e agora é preciso acrescentar-lhe alguma condição que se quer ressaltar como: desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento participativo, desenvolvimento humano, econômico, etc. Entretanto, essa ambigüidade não se manifesta ao nível teórico, mas no cotidiano dos cidadãos do mundo.

Inicialmente, nos dedicamos a realizar uma análise em relação ao que compreende o conceito de desenvolvimento de uma forma geral com base em diferentes autores no sentido de encontrarmos respostas para alguns desafios enfrentados pelo meio rural. Ao compará-lo ou confundi-lo com crescimento, por exemplo, muitas lacunas são abertas permanecendo, no entanto sem respostas.

A comparação entre desenvolvimento e crescimento é, exatamente, a razão da necessidade de melhor defini-los. Mas, se explorarmos teoricamente

cada um dos conceitos, perceberemos claramente o que cada um dos conceitos preconiza.

O desenvolvimento está ligado ao crescimento. Isso, no entanto, não nos permite estabelecer relações comparativas ou superlativas entre os termos. Sobre o assunto, Richers (1975) nos diz que

A teoria do crescimento ocupa-se com as condições que devem prevalecer numa sociedade para que essa possa, no mínimo, *manter* e possivelmente aumentar o nível de vida já atingido e considerado satisfatório por seus membros, enquanto que a teoria do desenvolvimento procura determinar como os membros de uma sociedade podem *atingir* esse nível satisfatório de vida (p. 01).

A partir das definições do autor podemos afirmar que, enquanto a teoria do crescimento determina as condições necessárias para conservação ou elevação da qualidade de vida humana, considerando os homens como agentes passivos do processo de crescimento, a teoria do desenvolvimento define como esses mesmos homens podem e devem participar para que o processo de desenvolvimento aconteça, delegando a estes um papel de agentes transformadores da própria realidade.

Esta reflexão se torna explícita, quando Richers (1975) afirma que “um dos traços mais marcantes dos Países Menos Desenvolvidos é a coexistência entre dois tipos de sociedade: uma constituída de uma minoria que participa e se beneficia das múltiplas vantagens dos processos de mudança social e, outra, composta de uma maioria que vive à margem desses processos” (p. 33).

Mesmo que explícita a diferença entre as duas teorias em questão, é, no entanto, latente entender as possíveis razões que deram origem a essas relações, até porque algumas permanecem, de acordo com Costabeber & Caporal (2003, p.160),

Ao que tudo indica, a perspectiva desenvolvimentista, notoriamente hegemônica no período pós Segunda Guerra, orientava para o crescimento econômico, permanente e baseado no consumo abusivo de recursos naturais não renováveis, como condição básica e indispensável para que as sociedades tidas como *subdesenvolvidas* superassem o “atraso” e alcançassem o “progresso”, condição já presente nas nações e sociedades consideradas como *desenvolvidas*.

Dessa forma fica visível que a diferença entre uma sociedade desenvolvida e outra subdesenvolvida está no seu avanço e progresso, ou seja, conforme a noção de desenvolvimento na década de 50, a diferença está vinculada à capacidade de produção econômica de um país. Por isso, a associação da questão do desenvolvimento com a do crescimento prevalece até hoje, como uma noção homogênea desses conceitos.

Ainda com base na afirmação dos autores, surgem dois outros elementos constitutivos do processo tanto de desenvolvimento como de crescimento: a noção de progresso e a de modernização. Ambas são, muitas vezes, assim como o crescimento, consideradas e definidas, como o próprio desenvolvimento, principalmente nas sociedades subdesenvolvidas, acreditando que a modernização representa o seu desenvolvimento. Diante disso, buscamos conceituar modernização de acordo com Richers (1975) que diz “por modernização, entendemos o processo de assimilação de conhecimentos e atitudes dirigidas ao futuro” (p. 14). E W. E. Moore (1965) *apud* Richers (1975, p. 06), qualifica

A modernização pode ser política e social, bem como econômica. Significa, essencialmente, tornar-se um membro do todo comum do conhecimento mundial e de suas técnicas úteis, retirando muito talvez e acrescentando um pouco, mas sempre sacrificando muitos hábitos incrustados pelo tempo em favor de benefícios reais ou visionários.

Esse conceito deixa claro, então, como a modernização contribui para o desenvolvimento de uma sociedade, ou seja, por sua capacidade de emancipar o homem por meio do conhecimento adquirido ou disseminado. Richers (1975) afirma, ainda, que

Ao se modernizarem, portanto, indivíduos ou grupos sociais prontificam-se a abandonar valores que lhes parecem ser irreconciliáveis com as exigências de uma sociedade em transição a que desejam pertencer seja ideologicamente, por identificação valorativa, seja como membros participantes, ao exercerem papéis dominantes ou acompanhantes no processo de mudança social. Para poder submeter-se ao processo de modernização, o indivíduo deve, no mínimo, estar disposto a romper crenças e de tal modo

com esses valores (por meio do conhecimento) que possa vir a oferecer contribuições produtivas sociais (por exemplo, como líder de opinião), econômicas (talvez como empresário inovador) ou políticas (por exemplo, como defensor de mudanças institucionais) ao seu avanço” (p. 69).

Além da “confusão” entre os conceitos de desenvolvimento com crescimento e modernização, tem-se ainda a noção de progresso que Navarro define como um “mito do progresso”, em que, até o início do século XX e no caso brasileiro, até sua metade, “a idéia de desenvolvimento confundia-se com a de progresso e crescimento”.

A partir desta breve explanação sobre os diversos conceitos que, em alguns casos, são utilizados na descrição do processo de desenvolvimento da sociedade, podemos concluir que cada um assume o seu papel, seja complementando, seja acelerando um processo maior que é o de desenvolvimento. Para Schneider (2001, p. 67),

Várias teorias de desenvolvimento das décadas anteriores tinham uma concepção que mais se aproximava da concepção de crescimento econômico, uma variação apenas unidimensional do processo, com ênfase numa visão exclusivamente produtivista. Por isso, a noção de desenvolvimento continua “subdesenvolvida”, porque é presa demais à racionalidade econômica.

Como podemos analisar, a concepção de desenvolvimento que prevalece na sociedade capitalista tende a incentivar a economia e investir nela por entenderem que está é, de forma inquestionável, capaz de viabilizar o desenvolvimento da sociedade atendendo às suas necessidades, corroborando para a instauração de políticas que fogem do controle de qualquer cidadão e limitando até mesmo o poder de intervenção do Estado. É talvez esta uma das razões para a associação dos termos desenvolvimento e crescimento.

Ao contrário do que muitos defendem quanto à impossibilidade de um país ou até mesmo um determinado segmento da sociedade se desenvolver sem que haja um impulso do setor econômico, o desenvolvimento não está vinculado, no entanto, a um determinado setor, mas a todos os setores e

segmentos que compõem a sociedade. Com base em Richers (1975), podemos afirmar que

O fenômeno do desenvolvimento não pode ser atribuído a um outro fator específico, seja ele de ordem econômica ou social; mas normalmente, a aceleração do desenvolvimento se inicia no âmbito social e é seguida por fatores econômicos, ou seja: numa primeira fase de um processo mais intenso de desenvolvimento, os indicadores sociais são os que acusam as alterações mais intensas, enquanto que apenas numa segunda fase, já mais avançada, os indicadores econômicos começam a reagir com maior intensidade (p. 67).

Dessa forma, na tentativa de entender o processo de desenvolvimento, verificamos a existência de subprocessos como o do crescimento, o da modernização e o do progresso que interagem e reagem em resposta a um processo de transformação social correspondente ao desenvolvimento. Isso depende estritamente da vontade individual e coletiva de “todos” os homens, dispostos a promover uma mudança social de forma organizada e planejada atingindo um objetivo final ao qual se propõem o desenvolvimento, o bem-estar social. Segundo Richers (1975, p. 68),

Sociedades subdesenvolvidas se caracterizam, entre outros, por uma forte tendência de “imunidade” ou resistência à mudança, seja porque seus membros têm pouca ou nenhuma propensão a mudar sua estrutura valorativa, seja porque não sabem ou não ousam introduzir modificações nos sistemas vigentes por falta de contato com um ambiente mais moderno.

Essa posição reforça o que inicialmente afirmamos: o desenvolvimento está extremamente ligado à ação do indivíduo, ou seja, “o desenvolvimento é um conceito complexo, que inclui uma série de valores” (Schneider, 2003, p.68).

Diante da crise de adjetivos associados ao termo desenvolvimento, torna-se pertinente para este estudo, compreender o conceito de desenvolvimento rural, já que este servirá de sustentação e de base para a sistematização do Projeto Garabi-Itá. Cabe também perceber como cada um dos elementos (políticos, econômicos, sociais...) vieram a interferir no processo de desenvolvimento rural que também sofre algumas denominações e é associado

a outros termos ligados ao mundo rural como, por exemplo, o agrícola, o agrário, e o sustentável, entre outros.

2.1.2. O conceito de desenvolvimento rural

De acordo com o que enfocamos, o conceito de desenvolvimento deixa claro que seu objetivo maior é a promoção da mudança social pela autonomia individual que, quando tomada coletivamente, modifica a realidade e o comportamento de “todos” os homens da sociedade.

Não obstante, o desenvolvimento rural preconiza também a emancipação do homem do campo. Isso, porém, muitas vezes é visto apenas pela ótica do crescimento, da modernização, do progresso ou do desenvolvimento econômico. Segundo autores da área, o que podemos observar é que há articulação desses elementos para beneficiar o meio rural, tendo este como autônomo e não apenas como receptor das transformações sociais, econômicas, e de políticas exógenas.

Por isso, buscamos o conceito de desenvolvimento rural a partir de autores contemporâneos como Schejtman & Berdegué que definem o desenvolvimento territorial rural

Como un proceso de transformación productiva e institucional en un espacio rural determinado, cuyo fin es reducir la pobreza rural. La transformación productiva tiene el propósito de articular competitiva y sustentablemente a la economía del territorio a mercados dinámicos. El desarrollo tiene los propósitos de estimular y facilitar la interacción y la concertación de los actores locales entre sí y entre ellos y los agentes externos relevantes y de incrementar las oportunidades para que la población pobre participe del proceso y de sus beneficios (2003, p. 01).

Para Basco & Laxalde (2003), o desenvolvimento rural considera que

la jerarquización del territorio implica tomar en cuenta a todos los actores de ese territorio incluyendo el mercado. De esta forma se reconoce tanto la importancia de la concertación entre actores (dimensión social) como la articulación e los mercados (dimensión económica). La concertación entre actores significa la construcción de capital social, en donde adquiere relevancia el capital social

económico. Este se define como el conjunto de organizaciones que actúan en la esfera de producción, la distribución o el intercambio de bienes y servicios, que realizan actividades económicas conjuntas, y en muchos casos brindan asistencia técnica y representación a sus intereses (p. 67).

O desenvolvimento rural atual procura construir capital social e econômico, para o qual a inserção no mercado através de negócios rentáveis e sustentáveis são chaves.

Da mesma forma Martinho (2003) nos diz que o desenvolvimento rural “consiste na melhoria das condições de vida das pessoas residentes nas áreas e regiões rurais, através de processos sociais que respeitem e articulem os seguintes princípios: eficiência, economia, equidade social e territorial, qualidade patrimonial e ambiental, sustentabilidade, participação democrática e responsabilidade ética”. Essas definições tornam explícita a que se propõe o desenvolvimento rural.

É importante ressaltar que tais concepções acerca do desenvolvimento rural são muito recentes. Há pouco mais de uma década, o desenvolvimento rural voltou a fazer parte da agenda dos diversos setores da sociedade, em que o meio rural passou a ser visto então como, “sociedade rural”. Na verdade, o desenvolvimento rural não voltou, apenas passou a ser preconizado de acordo com a sua proposta, desvinculando-se dos ideais de modernização tecnológica como fórmula do progresso da agricultura. Segundo Matos (2003, p.45), “no início dos anos 90, iniciou-se a construção de uma nova concepção de desenvolvimento rural que passou a pensar mudanças no meio rural, partindo do papel da participação dos atores representativos dos diversos segmentos da população local”.

Essa foi a verdadeira história da agricultura no mundo, segundo Almeida, em que a visão do desenvolvimento estava voltada para o crescimento econômico. Assim foi, aos poucos, tornando-se num cenário propenso ao desenvolvimento rural, nos moldes planejados e desejados pela sociedade atual.

Por isso, em uma breve retrospectiva ao longo da história da agricultura segundo Almeida (1998, p. 38),

No campo da agricultura, a noção de desenvolvimento encontrou, no decorrer das décadas de 1950 e 1960, nos Estados Unidos e na Europa, um terreno de aplicação particularmente receptivo. Sob a ação conjugada do Estado, das indústrias agroalimentares e de uma camada de agricultores “empresariais”, o “setor” agrícola se insere cada vez mais no sistema econômico; leis são impostas nesses países visando transformar a agricultura, “setor” ideologicamente considerado “arcaico”, tradicional, em atraso, setor “moderno”, participando do crescimento econômico nacional. O desenvolvimento agrícola e rural é um instrumento de mutação. Ele trouxe também algumas importantes mudanças no plano do desenvolvimento tecnológico, ou seja, um determinado crescimento econômico foi acompanhado, inegavelmente, por um grande avanço tecnológico em todos os campos, trazendo para a agricultura mundial alguns resultados que globalmente podem ser considerados satisfatórios.

A partir do que nos diz Almeida, confirma-se que o homem ficou num segundo plano não efetivando seu papel de agente transformador, pois os resultados aos quais o autor se refere e que podem ser considerados satisfatórios, são de ordem econômica e não social.

No caso brasileiro, essa realidade não foi muito diferente. O desenvolvimento rural sempre ficou em segundo plano ou subentendido como apenas um elemento constitutivo do processo de desenvolvimento econômico, considerado, até então, o motor para o desenvolvimento. Isso aconteceu primeiramente, no período pós-guerra conforme Costabeber & Caporal (2003, p. 160) e, logo após, com a modernização da agricultura (Revolução Verde), no período descrito por Navarro (2001, p.02) como “anos dourados” entre 1950 e 1975, marcados pela expansão do capitalismo.

Para Navarro, em ambos os períodos, o mundo rural “moderno” passou a subordinar-se, como mera peça dependente, aos novos interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas. A concepção de desenvolvimento rural passou a ser identificada como a absorção de novas tecnologias, visando o aumento da produção e da produtividade, pelas quais se acreditava que havia aumento da renda familiar e, portanto, “desenvolvimento rural”.

Ao que tudo indica, segundo Almeida, a agricultura inseriu-se nesse processo de modernização tecnológica para atender às exigências do setor industrial tornando-se um mercado de matérias-primas, mão-de-obra e consumo. Credo estar no caminho “desenvolvimentista” trilhado pelo setor industrial, Almeida (1998) afirma que

O conteúdo ideológico da modernidade na agricultura passa, então, a incorporar quatro grandes elementos ou noções: (a) a *noção de crescimento* (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico e político; (b) a *noção de abertura* (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; (c) a *noção de especialização* (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o *aparecimento de um novo tipo de agricultor*, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional (p. 39).

Neste sentido, o meio rural passa a ser visto como mais um setor do crescimento econômico suprimindo todos os princípios de emancipação do homem rural, além de gerar inúmeras crises que afetam o desenvolvimento da sociedade como um todo.

Por isso, com base em Schejtman & Berdegué, procuramos descrever alguns desafios ao desenvolvimento rural que vêm afetando diversos aspectos da vida rural, exatamente por essas características de subserviência da agricultura em relação aos demais setores da sociedade. Alguns resultantes da história da agricultura, de outros fenômenos como a globalização. Apesar da evolução no processo de desenvolvimento rural, as sociedades rurais continuam frágeis e suscetíveis as influencias externas, ou seja, não estão preparadas para transformar essas influências em oportunidades, aliviando os impactos exógenos, transformando-se em estruturas de capazes de se autogerenciar e influenciar outras estruturas.

2.2. DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO RURAL NA ATUALIDADE

2.2.1. As novas características da ruralidade

Apesar da constante evolução da teoria de desenvolvimento rural, aqueles que acreditam no meio rural e nele investe, tendem a se adaptar às transformações da sociedade capitalista. Assim, apesar de em todos os momentos lembramos e reiteramos que o desenvolvimento se ocupa em promover o bem-estar de todos, sem priorizar nenhum setor, principalmente o econômico, veremos a seguir alguns condicionantes externos que vêm reconfigurando não só a teoria, mas principalmente o comportamento do homem rural, e que se apresentam como um desafio a ser superado entre o mundo rural e a sociedade moderna.

Dentre estes desafios e barreiras, podemos destacar a globalização que gerou e ainda gera grandes impactos no processo de desenvolvimento econômico rural, devido à eliminação das fronteiras no mercado mundial, em que os processos de produção e comercialização já não são mais controlados, pelo Estado e sim pelas organizações e empresas transnacionais que determinam as novas leis de mercado. Além disso, essa quebra de fronteiras atinge os mercados local, regional, nacional e global do alimento fazendo com que inúmeras cadeias agroalimentares multinacionais passem a dominar o mercado e as políticas de produção e comercialização, demonstrando que o Estado-nação enfraquecido, tende a fomentar a capacitação dos Estados subnacionais, no sentido de que estes possam sustentar o desenvolvimento das empresas e organizações locais.

Como se isso não bastasse, a globalização e os processo de privatização apontaram inúmeras falhas dos mercados financeiros, de tecnologia, de informação, de trabalho e da terra. Essas falhas, por muitos anos, foram as causas das dificuldades enfrentadas pelos produtores no acesso a esses mercados. Além disso, conduziram a uma crise institucional dificultando mais ainda a aceitação e a credibilidade dessas instituições pelos produtores.

Até então, o que se pôde constatar é que o fenômeno global veio beneficiar e viabilizar o processo de desenvolvimento rural em países que

engatinham neste caminho, pelas transformações que promove em sistemas fechados e tradicionais de mercado. Por isso, suas conseqüências não se limitam apenas ao setor econômico rural, mas são extremamente influenciadoras do novo perfil da sociedade rural, ou seja, a competitividade é considerada indispensável para que sobreviva no mercado global. Reconfigura-se, assim, o comportamento do homem do campo, prejudicando muitas vezes os pequenos produtores que ficam a mercê desse processo de transnacionalização de tecnologias, recursos naturais e humanos, tendo que apostar na diversificação das suas atividades para se manterem no campo.

Assim, permanece a pergunta por que os produtores rurais são apontados como os mais prejudicados? A resposta parece óbvia: pelo simples fato de que, com a transnacionalização da economia rural, o setor agrícola teve que se adequar às novas tendências de mercado, adotando tecnologia e instrumentos capazes de dinamizar a produção. No entanto, nem todos os produtores têm acesso aos recursos necessários. Além disso, a competitividade não aconteceu apenas entre países, mas também entre um produtor e outro. Essa realidade veio aumentar o êxodo rural e o número de pessoas empregadas em atividades não-agrícolas, mas que permanecem no campo. Esses fatos talvez sejam as principais causas para a crise por que passa a identidade e o mundo rural, em que não estão definidas as fronteiras entre a sociedade rural e urbana.

Diante desse contexto, as transformações da identidade cultural atingiram também a estrutura da família rural, devido ao imenso contato entre o mundo rural e urbano, principalmente pelos jovens e pela inserção da mulher no mercado de trabalho rural que desencadeou uma revolução nas relações intrafamiliares. Além disso, o avanço dos meios de comunicação de massa em direção ao meio rural, ora através de uma programação direcionada um público específico, ora tratando o público rural e urbano como um só, contribuindo para que atitudes, hábitos, costumes, comportamento, enfim, para que a cultura local se modificasse, influenciada pelo fenômeno globalizante.

Convém, no entanto, ressaltar que esses pequenos produtores em determinado momento foram favorecidos pelo fenômeno global, pois a questão da sustentabilidade ambiental nas atividades agrícolas passou a agregar valor aos produtores agrícolas, sendo uma exigência do consumidor mundial.

Esses aspectos destacados por Schejtman & Berdegué transformaram a economia e a sociedade rural no contexto do desenvolvimento rural. Entretanto, os autores apontam, ainda, que são muitas as condicionantes a serem atendidas para que se discuta e planeje o desenvolvimento rural de modo a contemplar o bem-estar social. Assim, será necessário fortalecer a capacidade de gestão dos governos subnacionais; descentralizar o domínio de mercado; corrigir as falhas institucionais, reconfigurando-as de modo a reconquistar a credibilidade dos produtores rurais; fortalecer o Estado tornando-o capaz de organizar a transformação de forma a maximizar os benefícios e minimizar os custos e eliminar a pobreza rural pela emancipação do homem do campo.

Diante desses desafios Martinho (2003), nos diz que o desenvolvimento rural terá de efetuar-se na perspectiva de que as realidades nos meios rurais são imensas, tanto em termos econômicos, como sociais, estruturais e institucionais. Como tal, será preciso apostar na análise de cada caso e procurar formas de atuação adequadas pela necessidade comum de diversificar as atividades em meios rurais, nos quais a agricultura é uma atividade a preservar não só por questões econômicas, mas, também, sociais.

O autor destaca que o setor agrícola é fundamental para a manutenção de uma série de indústrias e serviços a montante e a jusante e, para mantermos alguma subsistência e autonomia alimentar, e que termos sociais, a agricultura contribui na absorção de mão-de-obra excedente do demais setores, pela diversificação das atividades não-agrícolas, explorando recursos humanos e naturais disponíveis.

De acordo com Becker, (1998, p. 36) “o processo de desenvolvimento contemporâneo, ao mesmo tempo em que centraliza e transnacionaliza a reprodução ampliada do capital, descentraliza e regionaliza a reprodução social da vida”. Como podemos observar, o setor agrícola compõe um segmento

fundamental no processo de desenvolvimento não apenas da sociedade rural, mas de uma conjuntura maior que é a sociedade global, ou seja, são peças de um grande jogo de quebra-cabeça em que não há vencedor sem que todos sejam satisfeitos, sociedade rural e urbana, tanto em aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. De acordo com Navarro, (2001, p.16),

O desenvolvimento rural, portanto, não se restringe nem ao “rural estritamente falando” (as famílias rurais e a produção agrícola) e nem mesmo exclusivamente ao plano das interações sociais também principalmente rurais (comunidades, bairros e distritos rurais, por exemplo), mas necessariamente abarcam mudanças em diversas esferas da vida social, as quais, se tem por limite mais imediato de realização o município, podem estender-se para horizontes territoriais mais extensos, como provavelmente ocorrerá em curto prazo.

Além do impulso ao processo de descentralização do poder essa prática permite que os governos locais comecem a protagonizar seu próprio desenvolvimento rural, abrindo espaços para a participação e mobilização social, estimulando a multiplicação do setor privado e social, formando o terceiro setor, que será tema do próximo item como resposta aos limites dos enfoques tradicionais de desenvolvimento rural.

Diante desses desafios, o ‘novo setor agrícola e agrário’, nos propomos agora a refletir sobre os limites enfrentados pelos enfoques tradicionais de desenvolvimento e as diferentes formas de desenvolvimento no meio rural, em resposta aos desafios impostos às políticas atuais de desenvolvimento.

2.2.2. Limitações dos enfoques tradicionais de desenvolvimento rural

A globalização configurou-se como obstáculo e ameaça ao desenvolvimento rural devido à dificuldade dos próprios enfoques tradicionais de desenvolvimento adequarem-se às tendências atuais, deixando de produzir os efeitos esperados e sem clareza sobre isso. Alguns enfoques permanecem tal e qual foram planejados, sem conseguir desprender-se de seu modelo original. Por isso, vêm dando lugar aos enfoques de desenvolvimento que superam os

limites e promovem o desenvolvimento esperado com estratégias adequadas e flexíveis às mudanças constantes e instantâneas.

De acordo com Rotta, essa crise dos enfoques tradicionais rural, já havia iniciado antes mesmo do fenômeno global atingir o setor rural,

A situação de crise, que se tornou claramente definida no início da década de 60, demonstrou que os padrões de relações sociais, econômicas, políticas e culturais do modelo anterior estavam saturados e não davam mais uma resposta “satisfatória” aos problemas que enfrentavam. A superação da crise exigia a mudança das técnicas de cultivo e manuseio do solo, da forma de produzir e dos produtos a serem produzidos, das relações de trabalho, das relações de comércio, das relações com o mercado, da organização da propriedade, das mentalidades individuais e coletivas, da relação com a tradição e com a ciência, da forma de organização das instituições e até mesmo da maneira de conceber o trabalho, o desenvolvimento e a reprodução da sociedade regional (1999, p.125).

Segundo Schejtman & Berdegué, os limites aos quais nos referimos correspondem às falhas cometidas pelos enfoques tradicionais que persistiram e não conseguiram superar e acompanhar as transformações do mundo capitalista. De acordo com os autores (2003) os limites são :

- No toman en cuenta el alto grado de heterogeneidad de las sociedades rurales y por lo tanto la necesidad de encarar políticas diferenciadas;
- Desconocen el carácter multidimensional de la pobreza rural;
- Están centrados en la actividad agrícola desconociendo el trabajo rural no agrícola (que efectúan generalmente las mujeres rurales);
- No intervienen en corregir las fallas de mercado frecuentes en el mundo rural que afectan a la población objetivo de Desarrollo Rural (DR); tratan de suplir las mismas con recursos de los proyectos los cuales se agotan al finalizar los mismos;
- No incorporan la dimensión de reforma de las organizaciones rurales, en general las acciones quedan reducidas a los aspectos de organización del sector público;
- No articulan las políticas y acciones de DR con aquellas de carácter más macro, afectando la sustentabilidad de las mismas;

- Reducen el ámbito de acción a la esfera pública desconociendo el peso del mercado en la determinación de tendencias, oportunidades y restricciones que enfrentan los pobres rurales;
- No consideran el papel de dinamización que en muchos casos pueden jugar empresas medianas o grandes, servicios, agroindustrias, y los núcleos urbanos, en transformar la actividad rural y las condiciones de vida de los pobres;
- Carecen de capacidad para adecuar las políticas centrales a las condiciones que caracterizan la escala local, o a la inversa, no plantean desde el inicio consideraciones de replicabilidad de las experiencias exitosas.

Os autores consideraram que estes enfoques tratavam a sociedade rural com baixo grau de heterogeneidade levando muito tempo para constatar que o mundo rural contém características e peculiaridades que devem ser consideradas de acordo com as suas especificidades sendo que hoje, estas passaram a estar presente na agenda dos enfoques mais modernos.

Além disso, os enfoques tradicionais não dão conta, por meio de suas estratégias, de atender e eliminar as causas do nível de pobreza da sociedade rural por desconhecerem as suas dimensões e conseqüências em todos os aspectos da vida rural. Assim, a pobreza afeta não apenas o setor econômico rural, mas, principalmente, em relação à carência social que se agrava e repercute no âmbito mundial.

O caráter multidimensional da pobreza significa, que a mesma não é somente econômica. A desvalorização que o pobre tem de si mesmo, é um bloqueio cultural que, afeta suas possibilidades de superação dessa pobreza. Todo o trabalho de empoderamento e promoção dos direitos de cidadania passam a fortalecer as capacidades dos pobres rurais e sua auto-estima, para assim, influenciar seu futuro na direção por eles desejada.

Outras dificuldades destacadas pelos autores é a resistência dos enfoques tradicionais em aceitar o fato de que são o mercado e os agentes de mercado que têm poder decisivo na determinação das tendências, oportunidades e restrições que enfrentam os pequenos produtores rurais. Por isso, não intervêm para corrigir as falhas ou ausências do mercado frequentes

no mundo rural, que afetam os pequenos e médios produtores rurais contentando-se apenas em suprir ou amenizar algumas dessas falhas com recursos de projetos de desenvolvimento, não solucionando e tampouco prevenindo para evitar que as mesmas voltem a acontecer.

Como a própria expressão diz, os enfoques tradicionais adotam estratégias de intervenção centradas somente na agricultura, mantendo um padrão conservador e negando o caráter pluriativo das unidades de produção familiar. No entanto, as atividades não-agrícolas, passaram a ser incentivadas principalmente no processo de inserção da mulher no mercado de trabalho contribuindo, dessa forma, para melhorar a qualidade de vida e aumentar a renda familiar.

Além disso, esses enfoques não consideram, salvo exceções, a possibilidade de induzir a agroindústria, os serviços e as pequenas, médias e grandes propriedades rurais, inclusive as localizadas no setor urbano a assumir o papel de difusoras de tecnologia.

Todas essas questões apontadas como falhas são oriundas da crise institucional atual e pelas limitações impostas pela própria visão conservadora em que a dimensão institucional fica reduzida aos aspectos relativos à organização e funções do setor público, do Ministério da Agricultura e das agências de desenvolvimento rural. E, por isso, esses enfoques permanecem carentes de capacitação para adequar as propostas estratégicas ou as políticas gestadas centralmente, as potencialidades e restrições específicas que apresentam cada localidade ou vice-versa, não incorporando desde o início considerações de reaplicabilidade e amplificação das experiências de sucesso.

Em um sentido mais amplo, não consideram os efeitos potenciais que um determinado desenvolvimento do núcleo urbano poderia ter, tanto na transformação produtiva da atividade rural, como nas condicionantes de vida e de trabalho da população, em particular dos pobres.

Até então o que pudemos observar é que os desafios da globalização se configuram enquanto impactos não apenas pelas transformações econômicas e sociais que promoveram, mas principalmente pelo despreparo desses enfoques

tradicionais em adequar-se à nova ordem mundial e também por sua visão extremamente conservadora. No entanto, Rotta nos diz que, “o processo de implantação de um novo modelo não ocorre, necessariamente, de uma forma homogênea. Algumas relações podem mudar num ritmo mais acelerado, funcionando como fatores de impulsão, enquanto outras se transformam num ritmo mais lento e podem agir como fatores de contenção e até mesmo de controle da mudança” (1999, p. 123).

Diante deste contexto conturbado entre os enfoques tradicionais e aqueles que surgiram no sentido de aliviar o impacto sobre a sociedade rural é que emergiram novas formas de desenvolvimento ligadas ao setor rural. Neste sentido, Becker (1998) assegura que

Abre-se assim caminho para a existência de múltiplos modelos de desenvolvimento. Hoje não há um só modelo de desenvolvimento, mas vários modelos, dando forma e conteúdo a uma tendência de passagem das megadecisões, das macropolíticas, dos grandes projetos de desenvolvimento como forma predominante para uma crescente participação das micro e mesodecisões, micro e mesopolíticas e dos pequenos e mesoprojetos, que levam à definição e constituição de múltiplas formas de inserção subordinada ou autônoma de cada lugar no processo global de desenvolvimento (p. 36).

Esses múltiplos modelos de desenvolvimento aos quais o autor se refere possuem em comum e em sua essência a intenção de promover o bem-estar da sociedade rural e urbana articulando a exploração equilibrada dos recursos naturais, humanos e financeiros disponíveis em cada setor, e serão abordados a seguir.

2.2.3. Alternativas de desenvolvimento rural

Com o conceito de desenvolvimento rural, temos como uma das esperanças o desenvolvimento uniforme e, por isso, nos compete analisar os demais conceitos ligados ao mundo rural que vêm a colaborar na discussão acerca de um “modelo” capaz de contemplar e assegurar a integridade social e econômica do homem e da sociedade superando os desafios e alcançando o

nível de desenvolvimento esperado e que surgem em resposta aos desafios e limites enfrentados pelos setores agrícola e agrário. Como veremos adiante, a partir dos diferentes conceitos de desenvolvimento, cada um desses setores possui uma forma própria para desenvolver-se.

Entre essas expressões temos o “desenvolvimento agrícola, (ou agropecuário), que se refere às condições de produção agrícola e/ ou agropecuária e suas características, no sentido estritamente produtivo, identificando suas tendências em um período de tempo” (Navarro, 2001, p.04), esse processo está presente em qualquer sociedade rural em que se observa, ou seja, ele se constitui como uma das partes de um processo maior por contemplar apenas o aspecto econômico do desenvolvimento. Já o desenvolvimento agrário consiste em “interpretações acerca do “mundo rural” em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, e não apenas a estrutura agrícola, ao longo de um dado período de tempo” (Navarro, 2001, p. 05), sendo essa forma de desenvolvimento voltada para o aspecto social preocupado com o bem-estar do mundo rural em relação a toda a sociedade.

Enquanto o desenvolvimento rural “difere das anteriores por uma característica específica, aqui trata-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural. Em consequência, o Estado nacional, ou seus níveis sub-nacionais, sempre esteve presente à frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural, como seu agente principal” (Navarro, 2001, p. 06), tendo presente em sua proposta a melhoria do bem-estar dessas populações rurais.

Navarro (2001, p. 09) destaca que sempre será necessário analisar o desenvolvimento agrícola para interpretar o desenvolvimento agrário de um determinado país ou região. Isso permitirá a construção de uma estratégia de desenvolvimento rural em que poderão ser incluídas a dimensão ambiental por meio do desenvolvimento rural sustentável, expressão que surgiu nos anos 80, referindo-se exclusivamente ao plano ambiental. O autor nos diz ainda, que, “nesse sentido, componente “sustentável” da expressão refere-se,

exclusivamente, ao plano ambiental, indicando a necessidade das estratégias e desenvolvimento rural (como antes definido) incorporarem uma apropriada compreensão das chamadas “dimensões ambientais” (2001, p. 07).

Além da inclusão de outras iniciativas, no plano propriamente local, ou seja, do desenvolvimento rural, que surge em resposta aos desafios já comentados e diante de um processo de desenvolvimento que se altera ao longo do tempo “O desenvolvimento rural, em consequência, altera-se também ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social gradualmente impõem às famílias e às atividades rurais” (Navarro, 2001, p. 07).

Quanto ao desenvolvimento local, este pode ser definido como

E desenvolvimento local, também às vezes confundido com as demais expressões e livremente intercambiada, como se refere aos mesmos processo e fenômenos. Tal expressão é recente e deriva de duas grandes mudanças do período recente. Primeiramente, a multiplicação de ONGs que, por atuarem normalmente em ambientes geograficamente mais restritos (a região ou o município) lentamente instituíram seu raio de atuação em tais ambientes, e, em decorrência, criaram uma estratégia de “ação local”, que tornou-se ainda mais acentuada, por oposições, quando os impactos dos processos globalizantes aceleraram-se. A outra mudança refere-se aos processos de descentralização em curso em muitos continentes, a América Latina em particular (e o Brasil, em especial). Esta transferência de responsabilidades de Estado antes tão centralizados valorizou crescentemente o “local”, no caso brasileiro o município (Navarro, 2001 p. 08).

Apesar da transnacionalização de estratégias e influências exógenas ao sistema, hoje pensamos em alternativas locais de desenvolvimento para que se possa, pelo fortalecimento dos atores sociais e da economia local projetar um mercado maior em que alguns princípios como o da solidariedade cede lugar à competitividade. Segundo Schneider (2003, p. 71) “o conceito de sustentabilidade harmoniza-se com o desenvolvimento local, já que seus meios e fins variam conforme as condições ecológicas, econômicas, sociais e culturais,

tanto nos âmbitos regionais como locais que determinam as limitações e oportunidades disponíveis para as atividades”.

Sobre esse mesmo assunto, Navarro (2001) afirma que

ações voltadas ao desenvolvimento rural requerem, é fato, que as representações políticas constituídas pelas famílias rurais sejam presentes e ativas (a organização), mas também precisam considerar o significado da heterogeneidade nas práticas agrícolas (e a decorrente organização da agricultura) e, igualmente, aferir corretamente os resultados dos processos de mercantilização e incorporação institucional verificado no Brasil no período mais recente, que determinou processos de trabalho e estratégias das famílias rurais extremamente distintas, quando comparadas às regiões (p. 16).

O que se pensa é uma forma de estabelecer trocas entre a sociedade. Mas, para que haja essas trocas de forma democrática e justa, é preciso inicialmente preparar os atores sociais para que os mesmos promovam a mudança. Do contrário, continuarão a pertencer a uma massa de excluídos dependentes de um processo maior que talvez jamais possa beneficiá-los até porque essa é uma questão que não é de interesse dos todos, ou seja, o mundo rural continuará a ser visto, apenas como um dos setores produtivos da economia e não como uma sociedade em que vivem seres humanos capazes de gerenciar seu próprio desenvolvimento.

Schneider considera que o desenvolvimento é um processo que requer ser: economicamente viável eficiente e eficaz, e adequado à realidade local; socialmente justo, participativo, solidário e equitativo; politicamente democrático e participativo; constantemente vigilante em prol da preservação do meio ambiente; culturalmente plural(2003, p. 72). Nesse sentido, Costabeber & Caporal consideram que, para ser sustentável, “o desenvolvimento necessita compatibilizar crescimento econômico, distribuição da riqueza e preservação ambiental, tarefa considerada por muitos como inviável ou mesmo impossível” (2003, p. 160).

Diante disso, nos propusemos a refletir sobre a questão do desenvolvimento regional/local como conseqüência dos desafios e limitações da ruralidade atualmente e diante da emergência de diferentes conceitos que a

sustentam ou tentam dar sustentação ao desenvolvimento rural e contribuir para que o mesmo aconteça.

2.3. O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

2.3.1. A origem do desenvolvimento regional

Os obstáculos que a agricultura vem superando são resultado da falta de capacidade de os enfoques tradicionais adequarem-se à nova ordem de mundial. Isso desencadeou recentemente formas alternativas de desenvolvimento. Dentre essas formas, destacamos o desenvolvimento regional, com a intenção de defini-lo, a partir da perspectiva do desenvolvimento rural, situando o papel do Estado Nacional, das empresas do setor privado e das organizações não-governamentais e, principalmente, da sociedade rural. Além disso, convém observar como esse processo vem se organizando de modo a suprir e minimizar as necessidades econômicas e sociais do mundo rural.

Segundo Navarro, o conceito de desenvolvimento regional é uma expressão muito recente e deriva de duas grandes mudanças nas últimas décadas. Primeiro, a multiplicação de ONGs, que criaram uma estratégia de 'ação local', em oposição aos impactos dos processos globalizantes. A outra mudança refere-se aos processos de descentralização em curso que valorizam o 'local' (2001, p.10). E, como podemos observar, foi a partir dessas transformações ocorridas tanto na forma de gestão do poder público, como do poder privado, que se abriram caminhos para a ascensão do desenvolvimento local.

De acordo com Moraes, a emergência do desenvolvimento regional, ocorreu a partir dos anos 80, na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina, sendo que, no caso do Brasil, somente a partir da década de 90 é que o governo passou a adotar políticas locais. A tanto nos países europeus como nos latino-americanos, o processo de descentralização do poder das mãos do Estado Nacional para os governos locais, bem como as mudanças no mercado

mundial que atingiram o setor privado elevando o nível de exclusão social, abriram espaço para os trabalho das ONGs. Com isso, os governos locais passaram a repensar suas políticas de desenvolvimento econômico e social voltadas para a demanda regional, contanto com a participação dos atores sociais do local.

Moraes (2003) nos diz, ainda, que “a urgência de um novo modelo de desenvolvimento aumentou a partir da constatação de que o crescimento das grandes empresas e o dinamismo econômico não se irradiam homoganeamente para todas as regiões de um país e nem permitem uma distribuição mais eqüitativa de renda entre os diversos grupos sociais” (p.126). Assim, apesar da globalização da economia pretender pulverizar o desenvolvimento econômico mundial, em muitos casos, principalmente no caso da agricultura, esse processo não aconteceu em sua totalidade, pois haveria outros obstáculos a serem superados para que se elevasse o nível de desenvolvimento econômico rural, a começar pela falta de infra-estrutura dos pequenos produtores para competir no mercado global.

Neste sentido, Guimarães (2001) afirma que

Nesses últimos tempos vivemos o paradoxo de constatar que a aceleração do crescimento econômico caminha *pari passu* com a desaceleração do desenvolvimento. Ao mesmo tempo que os índices macroeconômicos melhoram, assistimos à deteriorização dos indicadores que medem evoluções qualitativas entre setores, territórios e pessoas; no que diz respeito à acumulação de riqueza, observamos uma espécie de “esquizofrenia” na qual o papel intermediário do crescimento, como *meio* para dar lugar ao desenvolvimento, vai cada vez mais se transformando em um fim em si mesmo” (p. 49).

Diante desse contexto, os aspectos que reconfiguraram a sociedade atual atingem diretamente o setor agrícola e agrário, pois, segundo Guimarães (2001, p. 49), são pressões exógenas que determinam o nível de crescimento de um país, território, ou região, estimulando e provocando uma reação interna, ou seja, uma resposta endógena por parte das pessoas do local para que se promova o desenvolvimento.

Assim, o Estado passa a pensar suas políticas considerando as especificidades do local abrindo espaços para a participação da população local, valorizando, também, a participação das ONGs nesse processo de articulação da força local. Segundo Moraes (2003, p.126), “abandonou-se à idéia de políticas exclusivamente setoriais (agrícolas) que levam em conta a complexidade estrutural dos espaços rurais-regionais”. Dessa forma, o Estado e demais setores da sociedade passam a perceber o meio rural como uma “sociedade rural”.

Desse modo, são os próprios atores sociais que identificam as prioridades do local ou região, participam da elaboração das políticas de desenvolvimento, bem como da implementação das mesmas, agindo de forma direcionada a um determinado espaço e ponto de ação constituindo-se como um dos elementos de um sistema complexo maior que é a sociedade urbano-rural. Segundo Rotta (1999, p. 17),

A formação da sociedade regional é analisada como produto da inter-relação entre os atores sociais que a constituíram a partir das suas condições concretas de existência: seus sonhos, suas aspirações, suas utopias, suas formas e relações de produção, sua concepção de poder, etc. Ao mesmo tempo, essa construção social particular está relacionada com um contexto mais amplo da sociedade global com a qual se articula e de que sofre influência, porém não determina completamente sua existência e nem as ações dos atores sociais locais. O entendimento das diversidades evita o simples “enquadramento” que reduz as particularidades a meras manifestações da teoria geral e também evita a mera descrição, no caso da etno-sociologia.

A justificativa, talvez pela ascensão do plano de desenvolvimento regional, ocorre por sua capacidade de atender às necessidades locais e de supri-las. Assim, tanto em termos econômicos, como sociais, facilitar o planejamento de estratégias e políticas e o uso de instrumentos de desenvolvimento rural adaptados ao perfil de cada território. Aproveita assim, para explorar as potencialidades e oportunidades locais, de acordo com os recursos (financeiros, humanos e naturais) disponíveis, sem provocar desequilíbrios ao longo do processo de desenvolvimento rural regional.

2.3.2. As perspectivas a partir do desenvolvimento regional

O reconhecimento do desenvolvimento regional conduz ao debate de como esse processo poderá contemplar o desenvolvimento rural local. Dessa forma, nos propusemos a analisar o perfil econômico e social da sociedade rural e como ambos poderão articular-se e conceber o desenvolvimento rural local necessário e esperado.

Inicialmente, consideramos que “o conceito de desenvolvimento rural alterou-se ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social gradualmente impõem às famílias e às atividades rurais” (Navarro, 2001, p. 07). Por isso, agricultura e espaço rural também assumiram funções específicas necessárias para o planejamento do desenvolvimento rural local.

De acordo com Moraes (2003, p. 141), o espaço rural assume as seguintes funções:

- função alimentar e econômica - que trata de assegurar a auto-suficiência nos mercados consumidores de melhorar as situações econômicas das explorações agrícolas, assegurando a intensificação da produção;
- função social - relacionada com os problemas ocasionados pela aceleração do êxodo rural. A questão que se coloca atualmente é como a função social pode contribuir para uma melhor qualidade de vida das populações rurais, para a geração de empregos, redução da pobreza e para inclusão social por meio da qualificação profissional;
- função ambiental e de manutenção da biodiversidade - destaca o papel fundamental do espaço rural na diversificação e no equilíbrio dos ecossistemas naturais e semi-naturais. Além disso, a agricultura tem uma papel importante na preservação do patrimônio construído, dos conhecimentos e do saber-fazer tradicional;

- função estética - que trata da preservação do espaço rural como oportunidade para o desenvolvimento do turismo local, fomentando a diversificação e troca cultural;
- função recreativa – pedagógica – a que torna o campo um espaço para aprendizagem e cultivo de métodos pedagógicos.

A sistematização destas funções pode contribuir para o desenvolvimento rural local, garantindo a sustentabilidade ao processo de exploração dos recursos naturais disponíveis, além de reconhecer o meio rural como parte da sociedade. Assim, poderá contribuir para o crescimento econômico do local com o fortalecimento dos pequenos produtores tornando-os competitivos no mercado mundial. Poderá, também, colaborar para o desenvolvimento social por meio do reconhecimento dos atores locais, como os defensores de seus interesses e para a intervenção direta na tomada de decisões e controle das políticas públicas.

Dessa forma, são abertas oportunidades para que o planejamento e desenvolvimento de projetos de desenvolvimento rural local contem com a efetiva participação dos agricultores (atores sociais), bem como para que o Estado, empresas privadas e ONGs invistam em projetos sociais para promoção não apenas do bem-estar rural, mas de toda a sociedade por sua forma articuladora das prioridades e necessidades econômicas e social.

Neste sentido, no próximo capítulo discutiremos sobre a questão da elaboração, execução e avaliação de projetos sociais voltados para o desenvolvimento rural. Isso servirá de referencial teórico para análise do processo de implementação do Projeto Garabi-Itá, principal objeto de estudo desta pesquisa.

3. PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

3.1. OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

3.1.1. A origem dos projetos de desenvolvimento

A proposta deste capítulo consiste em fazer uma abordagem sobre os projetos de desenvolvimento, na perspectiva do desenvolvimento rural. Para tanto, far-se-á uma revisão bibliográfica sobre as etapas de um projeto de desenvolvimento, considerando-se a importância de cada uma dessas fases, no sentido de que, a partir de seu planejamento, poderão ser contempladas as metas de um plano de desenvolvimento, conforme discutiu-se no capítulo anterior, bem como construir base teórica para a posterior análise do Projeto Garabi-Itá.

Nesse contexto, consideramos relevante lembrar a nosso leitor que, por muito tempo, o termo desenvolvimento foi entendido e preconizado como um elemento do crescimento econômico, ou seja, a capacidade de desenvolver-se economicamente determinava o potencial e capacidade de desenvolvimento ou crescimento de uma sociedade ou país.

Partindo deste pressuposto, almejamos que essa similaridade tenha se definido com a discussão teórica do Capítulo II. Isso é necessário para que possamos avançar no debate sobre os projetos de desenvolvimento e qual a função de cada setor econômico, político, social e cultural no processo de desenvolvimento da sociedade.

Assim, precisamos abandonar a concepção de desenvolvimento tido apenas como resultado do crescimento econômico e observá-lo a partir de suas duas principais vertentes. Uma está voltada para o desenvolvimento econômico

e tecnológico, e a outra, direcionada para o desenvolvimento social e cultural. Deixa, portanto, de ser compreendido como um elemento constitutivo da economia, transformado esta em um de seus elementos para que atinja o desenvolvimento pleno.

A partir dessa perspectiva surge, no entanto, uma questão um tanto conflituosa, em que o desenvolvimento econômico e social passam ora a se complementar, ora de confrontar pela complexa relação entre ambos. Resulta daí, uma das maiores crises da atualidade, que consiste em como promover o desenvolvimento contemplando os diversos setores: econômico, social, político e cultural e, mais recentemente, o ambiental.

Diante desse contexto, Santos & Mills (1995), afirmam que “a tecnologia e o progresso são ao mesmo tempo a causa e a solução em potencial para o problema” (p.57), ou seja, segundo os autores “as organizações com seu papel social devem ir ao encontro das necessidades críticas da humanidade com programas duplos de crescimento econômico e proteção ambiental, viabilizando meios para o desenvolvimento” (Santos & Mills, 1995 p.58). Aponta, desde então, para a nova prioridade e perspectivas dos projetos de desenvolvimento atuais.

Eis que surge então a necessidade de projetos de desenvolvimento capazes de contemplar todos esses aspectos, abandonada a idéia que surgiu após a 2ª. Guerra Mundial e permaneceu até a década de sessenta, de que o desenvolvimento econômico daria conta do desenvolvimento social, passando a compreender o desenvolvimento como o processo de aumentar a capacidade das pessoas para influenciar o futuro, (Bryant & White *apud* Hegedüs & Vela, 2002, p. 33), tornando o homem e sua ação em agente e meio de desenvolvimento de um país.

Essas transformações não se limitaram apenas a um segmento social, e aos poucos, foram se expandindo para outros setores como o rural, criando a necessidade de repensar as estratégias de desenvolvimento rural, abandonando certos estereótipos para adotar uma filosofia de comprometimento dos públicos envolvidos, e buscando a efetiva participação e cooperação preconizada não

apenas no papel como também no discurso dos órgãos responsáveis pelo planejamento de projetos de desenvolvimento.

Nesse sentido, Brose destaca cada uma das fases e tipologias pelas quais os projetos de desenvolvimento foram passando, no caso do Brasil, até que se chegasse a um consenso, pelo menos em termos teóricos, do que realmente se propõe um projeto de desenvolvimento rural, afirmando que

Não se deve confundir os eventuais modismos que caracterizam certas épocas com a efetivação de políticas públicas de médio e longo prazos. Nos anos 70/80 no Brasil, projetos públicos no meio rural para obterem financiamento tinham que ter o rótulo de 'integrado', apesar de na realidade serem altamente segmentados. A partir de 1985, os projetos no meio rural precisaram ter o título de 'participativos' para serem financiados, mas o Estado, em muitas das iniciativas, antes tentou cooptar os beneficiários do que realmente propiciou espaços de participação em processos decisórios. (1999, p.61)

O autor chama a atenção para o fato de que esses modismos permaneceram até os anos 90 quando, finalmente, passaram a incorporar conceitos teóricos de sustentabilidade e desenvolvimento rural sem, no entanto, apresentar nenhuma experiência prática que comportasse esses conceitos. Brose (1999) nos diz, ainda, que

Nos anos 90 os projetos passaram a ser obrigatoriamente 'sustentáveis', sem que até agora se tivesse critérios claros de definição de quais as iniciativas que criaram efetivamente empresas, cooperativas ou mesmo cidades sustentáveis. E neste final dos anos 90, estamos assistindo a uma explosão de iniciativas de fortalecimento da agricultura familiar que, incorporando os rótulos das décadas passadas, desembocam em projetos de 'desenvolvimento local, integrado, sustentável e participativo' (p.61).

Com o objetivo de ir de encontro a esses modismos, recentemente surgiu o conceito de "apropriação" ou *empowerment*, que vem sendo adotado pelos projetos de desenvolvimento por sua capacidade de contemplar diferentes dimensões do desenvolvimento com foco nos seguintes aspectos: "(a) poder em termos de maior confiança das pessoas para levar avante atividades com êxito; b) poder em termos de relacionamento das pessoas com organizações e c)

poder em termos de maior acesso das pessoas aos recursos” (Hegedüs & Vela 2002, p. 34) e cresce o papel de diversas organizações e empresas governamentais ou não, e principalmente do homem.

Nesse contexto, é que Gohn *apud* Silva (2001, p. 58), denomina empowerment o empoderamento de grupos e indivíduos. Segundo a autora, cria-se, assim, a capacitação política e organizacional, que leva ao resgate/ crescimento da auto-estima e à construção da identidade, assim como ao acesso a oportunidade de emprego e geração de renda, itens de grande relevância em uma conjuntura de desemprego.

Diante dessa nova realidade, é que nos propusemos pensar projetos de desenvolvimento a partir de uma moderna concepção de homem na sociedade, vendo-o como um agente transformador, capacitado e interativo no processo de construção e otimização de todos os recursos disponíveis (econômicos, humanos e naturais).

E, por isso, buscamos conceituar projetos de desenvolvimento com base em Viñas, *apud* Hegedüs & Vela, que afirmam que o objetivo desses projetos é “melhorar a qualidade de vida aumentando a capacidade das pessoas de participar das atividades sociais, econômicas e políticas em nível local e nacional” (2002, p.35).

No entanto, os autores destacam o fato de que

Por outro lado, estes projetos devem centrar-se no bem-estar físico e no acesso a serviços, protegendo aos grupos vulneráveis das conseqüências adversas das reformas econômicas e do ajuste estrutural, provendo educação, alfabetização, emprego e oportunidades de geração de ingressos. Por outro lado, devem centrar-se no fortalecimento local e em questões de equidade, consolidando organizações da comunidade, animando as mulheres e a participação no desenvolvimento ou aliviando a pobreza (2002, p. 35).

De acordo com Armani (2002, p. 18), “os projetos ainda são a melhor solução para organizar ações sociais, uma vez que eles ‘capturam’ a realidade complexa em pequenas partes, tornando-as mais compreensíveis, planejáveis,

manejáveis”. Dessa forma, o autor aponta para algumas vantagens dos projetos sociais que são:

- as ações são planejadas com o apoio dos atores sociais e, por isso, têm mais chance de funcionarem de forma eficaz;
- além disso, essas ações mobilizam a sociedade a participar continuamente do processo de desenvolvimento do projeto (controle dos recursos) atingindo um determinado grau de eficiência necessário;
- as ações sociais que geram melhores resultados com menos custos geram confiança por parte da sociedade, legitimando e dando crédito ao projeto;
- a sistematização e discussão de experiências entre e com os atores sociais leva resulta em uma produção coletiva do conhecimento;
- ações sociais planejadas e estruturadas favorecem a participação efetiva de todos os setores envolvidos com as ações e, principalmente, os beneficiários, fortalecendo o que já mencionamos como *empowerment* (empoderamento);
- e, por fim, essas ações desenvolvidas por meio de projetos têm maior consciência técnica e sustentável, gerando algum impacto sobre o grupo (Armani, 2000, p. 19).

Nesse mesmo sentido, Brose chama atenção para a importância da participação efetiva dos atores sociais para de que os mesmos incorporem-se ao projeto, agindo independentemente da ação dos agentes externos

Independentemente de eventuais modismos, projetos, por definição, são iniciativas transitórias. Quando um grupo de pessoas, uma instituição (seja pública ou privada) ou um grupo de instituições resolve experimentar algo novo por um tempo definido, cria-se um projeto. Projetos públicos são espaços interinstitucionais de aprendizagem organizacional que, por definição, são especiais. E sempre devem ser prioritários, pois é no âmbito dos projetos que as pessoas e instituições envolvidas querem aprender-fazendo. Depois de um certo tempo, ao ser encerrado o projeto as pessoas envolvidas voltam à sua rotina incorporando aquilo que elas aprenderam durante o projeto, tenham os resultados sido positivos ou negativos. Em outras palavras, após o término de um projeto – que sempre é prioritário e especial, por definição – as pessoas e instituições envolvidas devem atingir em suas rotinas um novo patamar de qualidade e eficiência superior a anterior (1999, p.61).

A realidade nos proporciona vantagens e algumas limitações descritas a seguir, conforme Armani (2000, p. 10):

- a maioria dos projetos tem se ocupado mais com a eficiência e controle do que com a efetividade, flexibilidade e aprendizado;
- além disso, a intervenção via projeto tem sido intensamente utilizada no processo de desenvolvimento de caráter mais técnico do que social;
- muitas vezes os projetos permanecem ligados ao seu enfoque e, por isso, prevê objetivos e resultados que, às vezes, não são alcançados por influência de outros fatores, principalmente sociais. Sendo assim, ficam limitados a prazos, cronogramas e recursos financeiros, resultando em desequilíbrio entre “resultados tangíveis” (de curto prazo) com os de mudanças de relações sociais (longo prazo);
- no caso do Brasil, o reducionismo do poder do Estado sobre a sociedade, em garantir os direitos sociais universais, permite que as organizações não-governamentais assumam essa responsabilidade por meio de seus projetos.

Diante dessa realidade, Armani nos diz que as ONGs “poderiam, no máximo, criar uma rede de proteção social mínima, mas não contribuir para a resolução efetiva dos problemas”, ou seja, estimular e fortalecer o desenvolvimento, mas não assumir a gestão em longo prazo.

O planejamento participativo no plano local, de acordo com Buarque “deve considerar as novas formas de gestão de desenvolvimento promovendo parcerias entre os atores sociais, e entre o governo e a sociedade” (2002, p.91), ou seja, o governo passa a representar uma instituição organizativa dos objetivos desses projetos, priorizando as necessidades do local.

Com base neste autor, consideramos que, quanto menor a unidade espacial (município ou comunidade), melhor ocorrerá o processo de planejamento efetivamente participativo, em que dependendo da instância e do foco do planejamento, mudam os atores, “as variáveis, as relações com o contexto e, como consequência, as formas e mecanismos de participação da sociedade” (Buarque, 2002, p.92). Em outras palavras, além de contemplar o desenvolvimento a que se propõe, não só em termos de objetivos definidos em

seus projetos, como também de todos os aspectos explícitos e implícitos que abarcam como o de “apropriação”.

A seguir, faremos uma breve abordagem do processo de planejamento de projetos de desenvolvimento, com o objetivo de obtermos uma base teórica e um ponto norteador para o posterior estudo das etapas constitutivas de um projeto de desenvolvimento, situando e destacando a importância de cada uma delas.

3.2. O PLANEJAMENTO DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

Como havíamos mencionado anteriormente, para se compreender as funções de cada etapa de um projeto e todos os fatores implícitos que compreende, inicialmente faremos algumas considerações em relação ao processo de planejamento. Ressaltamos, no entanto, que o foco será o desenvolvimento rural, já que a proposta desta pesquisa é a sistematização de um projeto desse cunho.

Sendo assim, com base em Buarque podemos dizer que “o planejamento local e os planos de desenvolvimento são, antes de tudo, um *instrumento de negociação* com os parceiros potenciais – tanto na fase de elaboração, quanto após a produção do documento-síntese – tanto de *aglutinação política dos atores*, na medida em que expressa, de forma técnica e organizada, o conjunto das decisões e compromissos sociais” (2002, p.84). Como podemos constatar, é por meio de um planejamento bem articulado e vinculado à realidade, que se criam meios para que se delegue poder à sociedade em projetar o seu futuro.

No entanto, por maior que seja a preocupação com o futuro, já que este planejamento preconiza a participação dos atores sociais, deve sempre levar em conta o passado e a realidade atual ao estruturar o processo de decisão e todos os aspectos relevantes. Diante disso, Buarque (2002) assegura que:

O planejamento incorpora e combina uma dimensão política e uma dimensão técnica, constituindo uma *síntese técnico-política*. Técnico, porque ordenado e sistemático e porque deve utilizar instrumentos de organização, sistematização e hierarquização da

realidade e das variáveis do processo e um esforço de produção e organização de informações sobre o objeto e os instrumentos de intervenção. Político porque toda decisão e definição de objetivos passa por interesse e negociações entre atores sociais (p.82).

A partir dessa afirmação de Buarque, podemos observar que outros conceitos surgem na tentativa de explicar como ocorre esse processo enquanto instrumento organizativo e democrático, já que cada grupo social busca dominar o todo com base em suas idéias.

Buarque afirma que “as decisões geradas no planejamento expressam uma vontade dominante ou uma *hegemonia*, entendida não apenas como a simples imposição dos interesses de algum ator sobre os outros, mas também como a *expressão e síntese do jogo de cooperação e conflito dos atores*, com seus poderes e interesses diversificados”¹.

O mesmo autor esclarece, porém, que isso não impede que todos os atores sociais e agentes públicos participem da construção de um projeto coletivo flexível e aberto às transformações do contexto externo, conforme exige a sociedade atual.

Já o planejamento local considera todos os aspectos técnicos e políticos descritos por Buarque, porém voltados às pequenas unidades políticas administrativas com relativa homogeneidade socioeconômica e ambiental envolvendo os atores sociais locais no projeto de desenvolvimento do local.

Além disso, o planejamento representa uma forma de controle do processo de desenvolvimento local. Por isso, a interação entre os atores envolvidos torna-se fundamental para a adequação de estratégias não previstas, porém necessárias diante das transformações externas que conduzem a estas mudanças. De acordo com o IBAMA *apud* Buarque, “...qualquer município, não

¹Consideramos importante definir a visão adotada por Buarque ao se referir aos conceitos de hegemonia e consenso. Segundo o autor, o conceito de hegemonia parece mais apropriado do que o conceito de consenso para analisar sociedades com grande diversidade social e política, por estar associado a disputas na estrutura de poder, entendido como concordância e convergência de interesses. O conceito de consenso é mais adequado para se trabalhar com grupos sociais e comunidade com grande igualdade social e uniformidade de interesses e reduzida disputa de poder interna (2002, p.82).

importa seu tamanho e recursos econômicos, pode implantar um processo de planejamento coerente com seu estágio de desenvolvimento tecnológico, econômico-social e cultural” (2002, p.85). Para isso, no entanto, é preciso a articulação entre os atores envolvidos.

O planejamento local sustentável representa, bem mais que uma técnica organizacional, uma forma de emancipação dos atores sociais e resolução de problemas específicos de acordo com as limitações e potencialidades do local. Brose afirma que “Se não soubermos onde queremos chegar, nossa caminhada não levará a lugar nenhum. Para que um projeto possa ser executado com maior chance de êxito, ele deve ser planejado” (1999, p. 82).

Além disso, o autor adverte quanto à importância da questão da continuidade e flexibilidade dos projetos atuais no sentido de contemplar um objetivo maior que é o desenvolvimento, referindo, ainda, que

Porém, planejar aqui não é entendido como um ato burocrático de produção de volumosos planos que encheram prateleiras e não têm serventia prática, mas como a procura inerente ao ser humano de tentar reduzir as incertezas do futuro. De prever hoje, na medida do possível, as ações que deverão ser executadas amanhã. E amanhã, vivenciando as dificuldades e obstáculos para executar as ações conforme o planejado, rever o planejamento para adequá-lo para depois de amanhã, incorporando dessa forma mais qualidade ao trabalho, repetindo os acertos e aprendendo sistematicamente com os erros para não repeti-los (Brose, 1999, p.182).

Como podemos observar, o planejamento requer bem mais que ações estruturadas e planejadas. Exige, enquanto processo de reflexão sobre a realidade, a promoção da participação, ou seja, a interação da comunidade local entre si e com a sociedade mundial, viabilizando o aprendizado social, no qual segundo Buarque (2002),

Dentro do processo de planejamento, os atores sociais vão construindo uma visão coletiva da realidade local e do seu contexto e convergindo para a definição do futuro desejado e das ações necessárias à sua construção. Mas, ao mesmo tempo, vão aumentando sua percepção da realidade local e do mundo em transformação, ampliando, portanto, sua capacidade de entendimento e conhecimento para novos ciclos de decisões. A aprendizagem é uma resultante natural do processo de

planejamento, gerando uma ‘postura estratégica’ da sociedade local, capacitando-a para reagir e adaptar-se às mudanças (p.88).

Esse aprendizado só se concretizará, no entanto, na medida em que os atores sociais tomam consciência da importância no processo de planejamento e por isso se faz fundamental a participação de todos na tomada de decisões. A partir das afirmações de Buarque e Brose, concluímos que o planejamento participativo e o desenvolvimento local tornaram-se possíveis e tangíveis na medida em que há não somente uma participação coletiva dos atores nas ações de transformação, mas, principalmente, quando são estes os responsáveis pela elaboração e execução das mesmas, comprometendo-se em articular em prol do desenvolvimento local os resultados obtidos, sejam eles positivos ou não.

Dessa forma, quando pensamos em planejamento participativo, temos que ter consciência de que este só se efetiva a partir do envolvimento dos atores sociais interessados e comprometidos com o desenvolvimento local. Para Buarque, ‘o planejamento participativo *umenta o processo de conhecimento e aprendizagem da sociedade local*, e estimula a organização da sociedade local, promovendo a construção de uma ‘postura estratégica’ do ‘território organizado’. Isso, segundo o autor, serve como base para a construção de um projeto coletivo do local, assegurando o comprometimento e a co-responsabilidade social com o futuro da localidade.

Além disso, Buarque (2002), nos diz que “o processo participativo tende a quebrar as estruturas centralizadas e verticalizadas de decisão e gestão, levando os atores sociais a se posicionarem como parceiros e cooperadores, e não como subordinados e dependentes” (p.90). Nesse contexto, é que nos defrontamos com um conceito bastante recente nos projetos de desenvolvimento dos últimos anos, o de empoderamento. Esse é, sem dúvida, um dos resultados mais positivos dos projetos de desenvolvimento local, alcançado pela horizontalidade de informações, descentralização do poder, capacitação dos atores sociais e comprometimento de todos com o local.

A partir dessa breve introdução, da ascensão dos projetos de desenvolvimento no contexto atual da sociedade, nos propusemo-nos a analisar

cada etapa, ou seja, o diagnóstico, a elaboração, o desenvolvimento e avaliação a partir de especialistas da área, tendo constante preocupação com a sociedade rural, já que esta representa o principal objeto de estudo desta pesquisa.

3.2.1. A construção do diagnóstico

Para iniciarmos o estudo sobre as etapas de um projeto de desenvolvimento, definimos diagnóstico “como a compreensão da realidade atual do município e dos fatores internos que estão amadurecendo e que podem facilitar ou dificultar o desenvolvimento local” (Buarque, 2002, p. 105). Isso, segundo Armani (2002, p.43), permite a formulação de objetivos, estratégias, resultados e atividades a serem planejadas em um projeto de desenvolvimento.

Esta etapa pode ser considerada uma das mais importantes, pois seu conteúdo será a base constituinte e norteadora das etapas posteriores. Por isso, é necessário contar com a participação de todos os segmentos envolvidos, ou seja, instituições e organizações da sociedade. Além disso, não bastam apenas técnicas de planejamento, mas o conhecimento e a compreensão da realidade do município ou localidade, tanto em termos de condições atuais, como de perspectivas futuras.

Dessa forma, Buarque (2002) afirma que “o processo de trabalho deve se iniciar com a delimitação do município (ou comunidade) que se pretende planejar: seus limites físico-geográficos e institucionais, as relações estruturais das variáveis determinantes e as relações do município com seu contexto socioeconômico, ambiental e político-institucional” (p.105). O diagnóstico consiste em definir o local de ação no sentido de cercá-lo, contando com o apoio de instituições que dispõem das informações técnicas, que poderão ser mais bem compreendidas e trabalhadas se interpretadas pelos atores sociais, que detêm a maior parte do conhecimento de sua própria realidade, capacitando-os para apontar suas prioridades e, até mesmo, as estratégias de ação do projeto.

Buarque (2002) afirma que “essa delimitação deve ser feita com base em uma discussão com a equipe técnica, no levantamento de dados gerais e mapas

do município e em entendimento com as autoridades municipais” (p. 205). Em outras palavras, o autor assegura que é necessário estabelecer relações de cooperação entre as instituições, organizações e atores sociais do local.

É importante ressaltar que este estudo acerca dos projetos de desenvolvimento ocorre pelo viés do desenvolvimento local pelo fato de que no capítulo anterior nos propusemos a definir o desenvolvimento rural. Na atualidade e como pudemos constatar, o desenvolvimento local surgiu em consequência e em resposta aos limites e desafios ao desenvolvimento rural. Além disso, no próximo capítulo será avaliada a proposta de desenvolvimento rural local implementada pelo Projeto Garabi-Itá junto às comunidades rurais.

Continuando a discussão, constatamos que, para a construção de um diagnóstico local, o primeiro passo é a restituição histórica local, considerando o processo evolutivo e, todos os agentes e fatores exógenos que a reconfiguraram até a atualidade. Entretanto, deve ser observado a realidade tal e qual, além das interpretações dos atores sociais, sem que haja excesso ou dispersão de informações.

Esse diagnóstico será a base pela qual se obtêm dados suficientes para se apontar às necessidades e potencialidades do local, ou seja, esta etapa ultrapassa a questão de reconstrução e organização de dados da sociedade, exigindo uma reflexão sistematizada da realidade por aqueles que pertencem ao grupo estudado.

Ainda segundo Buarque (2002, p.106) “para incorporar as concepções contemporâneas de desenvolvimento – desenvolvimento sustentável – o diagnóstico deve tratar a realidade de forma multidisciplinar procurando observar e confrontar os componentes ou dimensões econômicas, sociocultural, ambiental, tecnológica e político-institucional”.

Além disso, no diagnóstico devem ser consideradas as informações secundárias, ligadas a todas as dimensões já apontadas por suas duas perspectivas: a técnica e reflexiva. Uma vez aliadas, apontam para os problemas e fatores que aceleram ou entram o desenvolvimento local, bem como o grau

de urgência e relevância no interior de um projeto de desenvolvimento local. O diagnóstico de acordo com Buarque (2002, p.105)

deve combinar e confrontar o levantamento e análise técnica da realidade com a visão da sociedade – fazendo interagir as diferentes percepções dos atores sociais – sobre a situação local, seus principais problemas e potencialidades endógenas. Deve-se estabelecer uma negociação das duas percepções da realidade, bastante distintas, mas complementares, cotejando os interesses e desejos da sociedade com os limites e as possibilidades técnicas.

No caso de projetos de desenvolvimento rural local, um dos aspectos a ser priorizado é o conhecimento da realidade a partir da perspectiva das pessoas pertencentes à comunidade. A partir da construção de um diagnóstico participativo, torna-se possível apontar as potencialidades e deficiências do local de atuação do projeto, bem como comprometer as pessoas com o trabalho, tornando-as conscientes de sua importância para o mesmo.

Nesse contexto, é que o diagnóstico constituir-se-ia como uma fonte para definição das prioridades da comunidade, diante de tantos problemas a serem solucionados. Além disso, determina-se-iam as limitações de atuação desse projeto, pelo reconhecimento das características econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais do local, amenizando os impactos decorrentes das transformações da sociedade global e das futuras e possíveis modificações a serem providas pelos projetos de desenvolvimento local.

Neste sentido, Gajardo afirma que a pesquisa com participação do povo rural seria, o meio, para que este participasse ativamente da mudança e do progresso social. Segundo a autora é pela participação que

se delineiam estratégias para romper com o que se denomina monopólio do saber e do conhecimento. Inicia-se a procura de métodos e técnicas que permitam conhecer, transformando, e questionar e agir sobre o objeto ou realidade estudada. Métodos e técnicas que possibilitem a participação dos setores populares na tarefa de descobrir e transformar sua própria realidade (1986, p.16).

De acordo com Gajardo este seria um dos caminhos para evitar a execução de um trabalho sem a colaboração da parte mais interessada atribuindo, assim, à pesquisa um caráter participativo.

Diante disso, podemos afirmar que a aceitação de um projeto de desenvolvimento transformador está vinculado diretamente ao entendimento que os envolvidos têm quanto à importância de encontrar soluções para seus problemas no interior da própria comunidade rural. Segundo Friedrich (1988, p.49), “são os próprios produtores e suas famílias que precisam tomar consciência de suas realidades e dos problemas que elas encerram. Só quando os problemas se situam em nível da consciência é que constituem desafios e exigem, por parte dos sujeitos que os captam, a elaboração (mental) de um projeto de ação que os resolva”.

Na perspectiva de um projeto de desenvolvimento preocupado com a efetiva participação buscamos, de acordo com Argumedo *apud* Brandão (1985, p.197), destacar as três dimensões da pesquisa participante que são: ‘a produção de conhecimento, a educação e a orientação para a ação, entendida esta última como modificação da realidade’. Identificadas as dificuldades do local, caberia, então, a esses projetos subsidiar as pessoas do meio rural no processo de conscientização e democratização dos interesses da comunidade.

No entanto, há vários métodos de construção de um diagnóstico, conhecidos e utilizados na elaboração de projetos de desenvolvimento local, como, por exemplo, o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), e suas inúmeras variações como: Diagnóstico Rural Participativo, Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas (DRPA), Diagnóstico Rápido Participativo Urbano (DRPU), Aprendizagem e Ação Participativas (Participatory Learning and Action), todos tendo surgido a partir do Rapid Rural Appraisal (RRA) e do Participatory Rural Appraisal (PRA). Estes são os métodos mais utilizados, por conduzirem a uma reflexão dos atores sociais de seus interesses e experiências, estimulando-os e capacitando-os individualmente. Dão aos mesmos, dessa forma, autonomia para que juntos possam tornar-se sujeitos da ação e transformação.

Além disso, o diagnóstico consiste no mapeamento participativo da paisagem local, levantamento histórico e de experiências dos indivíduos, identificação de pessoas-chave no processo de apontamento das percepções

mais relevantes acerca da problemática em questão, pesquisa documental, análise da organização pelos atores sociais e discussão e sistematização das informações obtidas.

De acordo com Buarque (2002, p.127),

o DRP – Diagnóstico Rápido Participativo, como as diversas variantes de *diagnóstico participativo*, não é propriamente uma técnica, mas um processo de apreensão da visão sociedade sobre a realidade com base em um conjunto de ferramentas, constituindo uma forma simplificada de planejamento local. Utiliza várias técnicas de envolvimento da sociedade num processo dialógico de análise da realidade e de interações entre o sujeito e o objeto, com um forte conteúdo pedagógico. O DRP é utilizado para “conhecer, avaliar e planejar idéias, problemas, oportunidade, obstáculos locais e desenvolvimento regional, entre outros” (Terra, s.d.: 4-5), gerando resultados rápidos e de grande riqueza e conhecimento. O diagnóstico rápido participativo utiliza, normalmente, oficinas de trabalho e procura, intencionalmente, juntar grupos sociais e técnicos, como forma de explicitar o confronto e a negociação dos interesses com a racionalidade técnica; parte do princípio de que, “para se obter informações mais próximas da realidade, é necessário fazer interagir produtores e técnicos, num processo de comunicação racionalmente construído para tal fim” (Terra, s.d.:5). O Diagnóstico Rápido Participativo procura estimular a capacidade crítica e analítica dos atores sociais e da comunidade em torno da reflexão sobre a realidade, e sua vivência como cidadão. Por meio do estímulo à troca de experiências e percepções dos participantes, a técnica procura estruturar e organizar a forma como os atores percebem, coletivamente, seu município ou comunidade.

Ressaltamos que a ênfase dada à pesquisa participativa definida por Brandão e a definição do Diagnóstico Rápido Participativo por Buarque, decorre ao fato de que o Projeto Garabi-Itá, enquanto proposta de desenvolvimento local, adotou ou, pelo menos, buscou adotar essa metodologia para sua efetivação. O objetivo foi engajar-se e dar continuidade ao trabalho iniciado pela EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de cada município, juntos às comunidades rurais de abrangência desse projeto.

Segundo Armani, um dos momentos mais importantes do diagnóstico, é a identificação dos principais problemas concretos enfrentados e suas causas. A partir daí, é que se busca analisar a problemática enquanto processo social

complexo e os demais sistemas que o compõem. Identificado o problema principal, torna-se possível elaborar um projeto de desenvolvimento.

Além disso, são importantes a análise e percepção dos atores sociais sobre a realidade, facilitando, não só o processo de identificação de problemas e suas causas, como também a formação de alianças fundamentais para a aceitação do projeto pela comunidade. Segundo Buarque (2002), esses atores pertencem a três categorias:

- atores diretamente envolvidos na promoção do projeto: instituições executoras, potenciais beneficiários, instituições apoio e assessoria, etc;
- pessoas, grupos e associações diversas presentes no contexto no qual o projeto se desenvolve, mas sem envolvimento direto com o mesmo;
- outros grupos e instituições, não envolvidos com o projeto, mas atuantes no contexto, no qual o projeto é desenvolvido.

Partindo do pressuposto de que sistematizado o diagnóstico e de que todos os públicos-alvo do projeto de desenvolvimento local têm conhecimento da realidade e consciência do que são suas limitações e potencialidades, pode-se pensar em avançar para uma etapa em que será elaborado um projeto de desenvolvimento. Sendo este o resultado do compromisso assumido pelos atores sociais com o local, etapa que será abordada a seguir.

3.2.2. A elaboração de um projeto de desenvolvimento

Como podemos observar a partir do diagnóstico elaborado com a comunidade, ou seja, com os atores sociais, foram obtidas muitas informações e construídas muitas interpretações sobre a realidade destacando-se os limites e potencialidades do local. No entanto, veremos a seguir, a importância de sistematizar estes dados de modo a ter base para elaboração de um projeto capaz de circunstanciar tal realidade e suprir suas deficiências, e dessa forma, propor um modelo de desenvolvimento de acordo com a realidade local.

Na elaboração de um projeto social a participação dos atores sociais é fundamental, já que estes representam os beneficiários da ação. O primeiro

passo para a elaboração de um projeto é a definição de seu objetivo geral, que representa a perspectiva do projeto, “expressando o impacto que as mudanças produzidas no nível de beneficiários / organizações terá em âmbitos fora do seu alcance direto” (Armani, 2000, p.49). Por meio deste, dar-se-á a formulação dos objetivos específicos que determinará a magnitude do projeto tanto em termos de recursos financeiros e humanos, como de estratégias. É importante ressaltar que, quanto menos objetivos específicos um projeto tiver, melhor será a sua forma de gestão (gerenciamento).

Identificados os objetivos de um projeto, parte-se então para a definição dos resultados (metas) a serem atingidos, descritos por Armani como “produtos” e ou situações concretas e tangíveis de serem atingidas a partir das atividades desenvolvidas. Os resultados acontecem na proporção que são definidos os objetivos do projeto.

Segundo o mesmo autor, “ a cada objetivo específico do projeto requererá um pequeno número de resultados correspondentes. Além dos resultados diretamente relacionados ao alcance do objetivo do projeto, pode-se também incluir um ou mais resultados específicos para a fase de implantação do projeto e outro ainda relativo às atividades de gerenciamento do projeto” (2000, p.51).

Além disso, “a proposição de resultados deve partir do diagnóstico da situação problema e de suas relações de causa e efeito mais importantes, de forma a satisfazer as exigências colocadas pelo objetivo do projeto” (Armani, 2000, p.51), ou seja, a base para a aproximação de objetivos e resultados de um projeto é o seu diagnóstico.

Como mencionamos, para que se obtenham resultados, são necessárias realizações de atividades, ou seja, ações concretas pensadas e planejadas contando com a efetiva colaboração dos atores sociais. Assim, é importante ressaltar que a atenção dada ao processo de organização e disponibilização das informações durante a elaboração de um projeto de desenvolvimento é pertinente, uma vez que o mesmo propõe a participação dos atores sociais.

Dessa forma, cresce a necessidade de que todos tenham entendimento do que está sendo definido, para, futuramente, comprometerem-se com as